

500
Pol
170
J. A. PIRES DE LIMA

DOBRANDO O CABO TORMENTÓRIO



Eu sou aquele oculto e grande Cabo.

1948

Editor — MANUEL BARREIRA
LIVRARIA SIMÕES LOPES
RUA DO ALMADA, 119 — PORTO

P.
5917

DOBRANDO O CABO
T O R M E N T Ó R I O

P.
5917

Do mesmo Autor:

- As anomalias dos membros nos Portugueses* — 1 vol. de 180 pág. com 85 fig. Porto, 1927.
- Fora da Aula (vulgarização científica)* — 1 vol. de 344 pág. Porto, 1929.
- Vícios de conformação do sistema uro-genital* — 1 vol. de 212 pág. com 115 fig. Porto, 1930.
- D. Afonso VI (a sua doença e a anulação do casamento)* — 1 volume de 74 pág., profusamente ilustrado (de colaboração com António A. Pires de Lima). Porto, 1937.
- Ares do Campo (Impressões do Minho)* — 1 volume de 149 pág. Barcelos, 1937.
- Memórias* — 1 vol. de 136 pág. Porto, 1938.
- Os povos do Império português (Estudos antropológicos)* — 1 vol. de 208 pág. Porto, 1938.
- Tradições populares de Entre-Douro-e-Minho* (de colaboração com Fernando C. Pires de Lima) — 1 volume de 237 pág. Barcelos, 1938.
- Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal* — 1 vol. de 184 pág. Porto, 1940.
- Palavras dum médico (Noções de Medicina preventiva)* — 1 vol. de 176 pág. Cova da Iria, 1940.
- Questões de linguagem científica* — 1 vol. de 258 pág. Porto, 1942.
- Contribuição para o estudo do Romanceiro minhoto* (de colaboração com Fernando C. Pires de Lima) — 1 vol. de 108 pág. + album musical. Porto, 1943.
- Epítome de História da Medicina portuguesa* — 1 vol. de 131 pág. Porto, 1943.
- Palavras dum médico (2.ª série)* — 1 vol. de 177 pág. Cova da Iria, 1945.
- O corpo humano (rudimentos de Anatomia)* — 1 vol. de 140 pág. com 36 fig. Porto, 1945.
- O corpo humano no adagiário português* — 1 vol. de 182 pág. Porto, 1946.
- Nossa Senhora em Portugal* (De colaboração com Fernando C. Pires de Lima) — 1 vol. de 178 pág. Porto, 1947.
- Ao correr do tempo (Memórias)* — 1 vol. de 252 pág. Porto, 1947.
- No limits de idade (Auto-biografia)* — 1 vol. de 110 pág. Porto, 1947.
- A meu ver ... (Memórias)* — 1 vol. de 324 pág. Porto, 1948.

No prelo:

- A teratologia n.º Os Lusíadas.*
A alma portuguesa a caminho do Brasil.

Em preparação:

Júlio Dinis lido no Século XX.

BIBLIOTECA LUSÍADA

J. A. PIRES DE LIMA

DOBRANDO O CABO
TORMENTÓRIO



R. 178183

1948

Editor — MANUEL BARREIRA
LIVRARIA SIMÕES LOPES
RUA DO ALMADA, 119 — PORTO

P
5917

— TIPOGRAFIA DA —
LIVRARIA SIMÕES LOPES
de MANUEL BARREIRA
Rua do Almada, 119 - PORTO

AOS SEUS AMIGOS:

- Prof. Doutor Amândio Tavares, Reitor da Universidade do Porto.
- Prof. Doutor Luís de Pina, Presidente da Câmara Municipal.
- Prof. Doutor Almeida Garrett, Director da Faculdade de Medicina.
- Prof. Doutor Hernâni Monteiro, Director do Instituto de Anatomia.
- Dr. Fernandes de Azevedo, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso.
- Snr. Pinto Leite, Presidente da Junta da Freguesia de Areias.
- Snr. José de Sá, Presidente da Junta da Freguesia de S. Simão de Novais.

- A todos os que se lembraram dele a propósito da data de 7 de Março de 1947,

muito grato, oferece o autor

J. A. Pires de Lima.

Prefácio

Desde a legislação académica de 1911, o candidato que pretende concorrer a um lugar docente das universidades tem de apresentar um curriculum vitae, ou biografia científica, que será apreciado pelo júri do concurso. Quando concorri aos lugares de chefe de clínica cirúrgica (1904) e de professor substituto da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1906), ainda não estava em uso aquela prova, de origem germânica.

Mas confesso que simpatizei sempre com ela. E, se não fui obrigado a apresentá-la quando iniciei a minha carreira docente e científica, apeteceu-me publicá-la, espontâneamente, quando, a 7 de Março de 1947, fui obrigado por lei a afastar-me do serviço, por ter atingido o chamado limite de idade.

Só então percebi a razão porque é costume dizer-se de um pobre funcionário que a lei afasta cruelmente do trabalho: F. foi atingido pelo limite de idade. É como se se dissesse: foi atingido pelos estilhaços duma granada, ou por um raio . . .

Como quer que seja, ao atingir, ou ao ser atingido pelo limite de idade, lembrei-me de publicar a minha biografia pedagógica, científica e literária (1) e notei que essas notas biográficas fizeram certa impressão, sobretudo no estrangeiro (Espanha, França, Inglaterra, Brasil, Estados Unidos da América do Norte, etc.).

Nesse meu livro (pág. 100-101), disse francamente que não estava satisfeito com o resultado dos esforços de quarenta e tantos anos de trabalho aturado.

Se o meu curriculum-vitae, um dia, depois da minha morte, chegar às mãos de um curioso, poderá ele perguntar como é que eu, tendo trabalhado tanto, produzi tão pouco. Para satisfazer à possível curiosidade dos vindouros, desejo fornecer-lhes uma bibliografia em que se possa ver, rapidamente, o ambiente que me rodeou, as relações que criei, as pessoas com quem convivi, e que orientaram, por assim dizer, a minha carreira.

Pouco depois de começar a minha actividade docente e a minha, tão modesta, investigação científica, desde 1923, comecei também a dedicar-me a trabalhos de divulgação, publicando na imprensa muitas crónicas e artigos de vulgarização, que saíram, na sua maioria, no «Comércio do Porto», sendo depois, reunidos em volume (2).

A minha ulterior orientação científica e os meus

(1) J. A. Pires de Lima — *No Limite de Idade* — Porto, 1947.

(2) J. A. Pires de Lima — *Fora da Aula* — Porto, 1929.

*pontos de vista podem ser observados num livro em que expus muitas cenas do Minho, de que fui es-
pectador* (1).

Pouco depois, publiquei, num pequeno volume (2), *muitas recordações da minha vida.*

Desde Maio de 1936, a convite do Rev.^{mo} Bispo de Leiria, colaboro na «Voz da Fátima», dedicando-me especialmente à vulgarização de conhecimentos de medicina preventiva. As duas primeiras séries, de cinquenta artiguinhos cada uma, foram depois publicadas em volume (3).

Nesses pequenos trabalhos pode ver-se o que penso e o que me propus ensinar sobre higiene do corpo e da alma.

Não deverei esquecer as crónicas de aldeia, que, durante cerca de dois anos (1943-45), publiquei no «Notícias de Famalicão». Quem se interessar pelas minhas memórias, deve ainda compulsar mais dois volumes: um editado por ocasião do meu limite de idade (4) *e o outro um ano depois* (5).

Não contente com isso, mando agora para o prelo mais um livro sobre o mesmo assunto. E, se Deus o permitir, talvez não seja o último.

(1) *J. A. Pires de Lima — Ares do Campo — Barcelos, 1937.*

(2) *J. A. Pires de Lima — Memórias — Porto, 1938.*

(3) *J. A. Pires de Lima — Palavras dum médico — Cova da Iria. 1940.*

Idem (2.^a série) — *Cova da Iria, 1945.*

(4) *J. A. Pires de Lima — Ao correr do tempo — Porto, 1947.*

(5) *J. A. Pires de Lima — A meu ver... — Porto, 1948.*

*Se estranharem a grãfomania, justificar-me-ei
com a opinião do velho poeta das «Ribeiras do
Mondego», Eloi de Sá Sotto Maior:*

*«Para tristes o escreuer
He de seus males escudo,»*

J. A. Pires de Lima

I

REMINISCÊNCIAS

Como aprendi e como ensinei ciências naturais

Durante a minha aprendizagem do curso dos liceus, nada me interessou tanto como o estudo das ciências naturais.

Tendo quase como único mestre o ambiente deslumbrantemente belo de Silvalde, agarrado ao programa do ensino secundário e ao compêndio de Langlebert, ia pela quinta abaixo, e, por vezes, até ao Rio Ave, a coleccionar insectos, ovos e ninhos dos mais variados pássaros, minerais complicados, entre os quais pedaços de grafite colhidos numa mina que existia na bouça de Casal de Vós.

No verão, ia passar uma temporada à Póvoa com meus queridos Pais. Ainda me lembro da grande emoção que tive ao ver, à entrada do Museu Brenha, um banco formado por uma costela de

baleia apoiada em duas vértebras do mesmo animal. E, lá dentro, vi, pela primeira vez, um animal monstruoso: um galo de quatro patas.

Quem suporia que eu, um pobre rapazito do campo, ainda viria a ser o organizador de uma opulenta colecção teratológica?

Quando, pelas primeiras vezes, visitei a cidade do Porto, o que mais admirei aqui foi o Museu Allen, na Rua da Restauração, e o Museu Etnográfico, que fôra organizado no Palácio de Cristal pelo tão maltratado sábio Joaquim de Vasconcelos.

Na minha infância remota, sempre tive preocupações de coleccionador. Tinha um rico álbum de selos e não me esqueci também de recolher algumas plantas mais curiosas e menos vulgares, entre as páginas do «Magnum Lexicon».

Uma vez, tive a honra de ser recebido no Jardim Botânico de Coimbra pelo seu sábio director, Professor Júlio Henriques, o qual, interessado com as minhas ingénuas investigações botânicas, me encarregou de coligir um pequeno herbário, que lhe mandei.

Muito influiu na minha carreira a orientação que dei, espontâneamente, aos meus primeiros estudos de ciências da Natureza.

Ao terminar penosamente o curso dos liceus, para que me fosse possível tentar a formatura em

medicina, o meu Pai, sem recursos materiais, conseguiu empregar-me como leccionista de ciências naturais.

Recordo-me, como se fosse hoje — e já lá vai meio século, recordo-me do método que empregava no meu ensino rudimentar. Antes da aula, ia até ao fundo da vasta quinta do colégio colher plantas, que me serviriam para exemplificar as minhas demonstrações de botânica. Os alunos apreciavam esse método, que era uma novidade no colégio.

Eu tinha ali um *empresário* muito agreste, que não tinha consideração nenhuma pelo pobre camponês que eu era. Nada recebia pelo meu trabalho, além da cama e mesa: cama no dormitório dos alunos, e mesa frugalíssima, também junto dos rapazes.

Entretanto, os professores mais considerados comiam com os directores. . .

Eu era então estudante de anatomia. Tinha alugado ao Ferreira, «Rapa-caveiras», uma colecção de ossos humanos, da qual constava um esterno que mantinha anexas, muito ressequidas, as cartilagens costais.

Um pequeno aluno do colégio viu aquela peça e, muito intrigado, foi mostrá-la a um seu professor, altamente cotado, que o informou: «isto é uma alga marinha.»

Outra vez, quando ia para a aula, com o molho de plantas para as minhas demonstrações, saía de lá outro conceituado mestre, que não pôde ocultar um sorriso de mofa, cuja origem explicou: «Lá vem o herbanário...»

Um dia, sentou-se no primeiro banco, entre os alunos, o áspero director, e ouviu atentamente a minha lição. Muito satisfeito, seguiu mentalmente todos os gestos e movimentos do director, pensando, ingenuamente, que ele modificaria a sua opinião a meu respeito.

Finda a aula, disse-me o porteiro: «O senhor director chama-o ao escritório.»

E dele ouvi, cheio de espanto, a sua opinião de conceituado pedagogo:

— «Senhor F... Eu gostei da sua lição, e apreciei o seu método de ensino.

Mas devo dizer-lhe que não me importo com que os alunos aprendam. O que eu quero é que eles passem no exame!

Aqui há anos, tive aqui a leccionar o Basílio Teles. Fazia prelecções admiráveis, mas, no fim do ano, os rapazes ficavam *chumbados*. Agora, o professor é completamente desconhecido, mas o resultado dos exames é sempre brilhante...»

E, enquanto que, ao lado do director, se continuaram a banquetear o mestre que supunha ver

uma alga marinha num esterno humano, e o que me chamava, desdenhosamente, *herbanário*, eu permanecia, no amplo refeitório, no meio dos alunos, a alimentar-me como eles.

E um dos eleitos explicou: «Você tem qualidades, mas falta-lhe *savoir vivre* . . . »

Porto, 20 IV-47.

Um episódio esquecido

Uma das primeiras obras dos triunfadores do Cinco de Outubro foi a promulgação da chamada lei de separação das igrejas do Estado, a lei fundamental da república.

Os ditadores da ocasião imaginaram que tal providência legislativa acabaria, dentro de duas gerações, com a religião católica em Portugal.

Mal supunham os tiranos que, acima, das suas leis, um Poder mais alto nos havia de trazer tão depressa os factos portentosos de Nossa Senhora da Fátima e de São João de Brito...

Mas os bons republicanos ainda achavam muito longo o intervalo de duas gerações para acabar com a Igreja católica.

Por isso, empregavam *todos os meios* para destruir em Portugal as ideias obscurantistas. Na-

quele tempo, as sociedades secretas, mais ou menos disfarçadas, puseram este pobre país no estado em que se encontra hoje a Palestina e os povos do oriente próximo reclamados pela Rússia soviética: estoiravam bombas por toda a parte, assaltos à mão armada contra pessoas e propriedades eram cometidos todos dias.

Parece que esquecemos por completo o que foram esses tempos tenebrosos. Muito bem faria a imprensa honesta se conseguisse espevitar a memória da gente portuguesa, sobretudo da que não chegou a conhecer os horrores das primeiras décadas da república.

Para esse efeito, vou recordar um episódio inteiramente esquecido.

A Associação Católica do Porto foi, uma noite, ignòbilmente assaltada, e ainda estão, felizmente, vivas algumas das ilustres pessoas que sofreram os ultrages da população revoltada.

Mas, por agora, desejo referir-me ao assalto que sofreu o Círculo dos Operários Católicos do Porto.

Certa noite, em plena época de liberdade cívica, o povo pegou fogo ao edifício daquela instituição.

As labaredas invadiam já toda a casa, quando apareceram os bombeiros a atacar o in-

cêndio. Pois o povo desvairado cortava as mangueiras das bombas, para que a casa dos operários ardesse toda.

Reclamada a presença da força armada, depressa apareceu a cavalaria da guarda republicana a dispersar à pranchada o povo amotinado.

No meio dele, surgiu uma pessoa da mais elevada posição social, que informou, atônito, o comandante dos guardas agressores: «Olhe que eu sou senador!»

E o sargento de cavalaria replicou logo:

«O que você é, é um grande malandro!»

A conquista de Olivença

Quando estalou a primeira guerra grande (1914-1918), muito se discutiu se devíamos ou não entrar no conflito.

Na imprensa, no parlamento, nos cafés, nas repartições públicas, em plena rua, não se falava em outra coisa.

Não se estava longe da revolta de 5 de Outubro de 1910 e, por isso, não admira que vencessem os mais radicais, apesar da oposição parlamentar do mais inteligente dos chefes políticos.

Assegurada a vitória, não se imagina o entusiasmo dos ardentes jacobinos: no Porto, foi logo designada por «Avenida dos Aliados» a parte mais central da cidade, que viu aparecerem ruas e praças com nomes exóticos a encobrir verdadeiras derrotas.

Mas não é dessa nova nomenclatura das ruas que vou tratar agora.

Vou tratar dum episódio cómico, de que já ninguém se lembra hoje.

Pouco depois de entrarmos na *grande guerra*, certo dia, percorria as ruas do Porto um cortejo, em que os populares vitoriavam entusiasmados a República e o Dr. Bernardino Machado.

A multidão ululante, ao passar pela Faculdade de Medicina, reclamou que se levantasse a bandeira nacional no mastro da fachada.

Nessa tarde, era eu o único professor que se encontrava no edificio.

O contínuo Vitorino, veio perguntar-me, entusiasmado, se eu consentia que se levantasse a bandeira.

Então que se passa? — inquiri eu.

Informaram-me, que o governo, por vias diplomáticas, tinha conseguido que a Espanha nos entregasse Olivença.

Um pouco atingido pelo entusiasmo da multidão, disse, contudo, cautelosamente, ao Vitorino, que só o senhor Director ou o senhor Secretário podiam autorizar que se hasteasse a bandeira.

Telefonou-se ao secretário, que, em virtude de tão grande acontecimento, achava bem que a bandeira nacional fosse hasteada.

Desandei para o corredor e encontrei o Olímpio, chefe da Secretaria, que rosnou a meia voz: — «Agora já podem compreender a vantagem que tivemos em entrar na guerra. . . »

À porta da Faculdade juntou-se grande multidão, que desejava continuar dentro dela a mostrar o seu entusiasmo patriótico.

Era a hora dos trabalhos práticos dos alunos e eu quis impedir que o serviço escolar fosse interrompido.

Apareceu, ao cimo das escadas um estudante revolucionário, que proclamou: «A Faculdade é livre! Entrem à vontade. . . »

Imediatamente, uma chusma de população invadiu os corredores e os laboratórios, impossibilitando totalmente o trabalho dos alunos.

Os *cepos*, estudantes do 1.º ano de Anatomia, é que não viram com bons olhos a invasão do Teatro anatómico.

Como de costume, quando os trabalhos de dissecação eram perturbados por intrusos, metiam no bolso dos visitantes algumas peças anatómicas dos cadáveres em estudo: orelhas, dedos, e, desta vez, para mais impressiva repulsa, brindaram uma das visitas com um órgão mais flácido e mais flutuante. . .

Transmissão de pensamento

No domingo passado fui à missa à Lapa e ouvi a homília de um sacerdote, que se ocupou de questões de telepatia, contando o seguinte caso, passado com ele nos seus tempos de estudante de teologia.

Ao dirigir-se para a aula, pareceu-lhe ouvir uma voz que lhe comunicara o falecimento de um conterrâneo ilustre.

O estudante repeliu enèrgicamente essa notícia. Ainda havia pouco deixara, na sua terra, aquele amigo de perfeita saúde. . .

Ao sair da aula, porém, entregaram-lhe um telegrama a comunicar o falecimento daquela pessoa!

O padre dissertou longamente àcerca das causas de tal fenómeno e de outros análogos. Apontou nada menos de quatro teorias, numa das

quais se falou na intervenção do diabo, do qual, aliás, não tinha medo, afirmou...

Vou contar dois factos semelhantes comigo passados.

A 1 de Junho de 1940, estando, ao cair da tarde, a ouvir, sem interesse, uma emissão radiofónica, comecei a dormir e vi em sonho a imagem nítida da minha querida Filha Maria Clementina, que vivia em Coimbra, onde tive a desgraça de a perder sete meses e meio depois.

Quis falar a minha Filha, mas não consegui, porque ela afastou-se bruscamente para o corredor, de chapéu na cabeça.

No dia seguinte, sem poder contar com tal visita, que foi completa surpresa, apareceu-me realmente a minha Filha, que, na véspera, resolvera vir ao Porto visitar-me, não revelando a ninguém a sua resolução.

Outro dia, enquanto me barbeavam, meditava em silêncio na tocante cerimónia da trasladação dos restos mortais de Ricardo Jorge e de sua esposa. Pensava na chegada, a que tinha assistido havia dias, à porta do cemitério de Agramonte, dos féretros transportados de Lisboa em automóvel fune-rário.

O meu velho barbeiro, até então calado, desfechou-me inesperadamente esta pergunta:

— «Os caixões vinham ambos num carro, ou cada um no seu?»

Parece que estava a seguir mentalmente o meu raciocínio e fez aquela pergunta dum jacto, sem que estivéssemos a conversar.

Como poderão explicar-se estes fenómenos, que não são extrêmamente raros?

O padre que fez a homilía na igreja da Lapa tentou explicá-los de quatro maneiras diversas. Eu, por mim, mais ignorante, prefiro dizer:

«Não sei!»

Porto, 17-XII-41.

O Dr. Fonseca de Castelões

Só vi uma vez, já lá vão mais de cinquenta anos, o Dr. Fonseca de Castelões.

Foi na feira de S. José, perto de Riba de Ave. Naquele tempo, Riba de Ave e a Sant'Ana eram uma região montanhosa, quase inculta e quase deserta.

Mal se falava ainda na iniciativa grandiosa de Narciso Ferreira, que chegou a transformar aquele ermo numa cidadezinha industrial; mal se falava ainda no seu cunhado, que veio a ser o benemérito negociante Silva da Sant'Ana.

O largo da Sant'Ana, onde se realiza uma feira semanal e duas feiras grandes anuais, era um outeiro, quase deserto, rodeado de barracas de pedra, cobertas de colmo, onde se abrigavam os feirantes.

Naquele dia de feira de S. José, por motivo fútil, levantou-se grande borbórinho, e os camponeses, de varapau erguido, ameaçavam-se ferozmente uns aos outros.

De repente, surgiu o administrador do conselho e, como por encanto, os desordeiros, com respeito ou com medo, sossegaram imediatamente.

O administrador era o dr. Fonseca de Castelões, que se insinuou com toda a simplicidade, por entre o povo amotinado.

Depois, muitas vezes ouvi falar do dr. Fonseca, muitas anedotas ouvi contar da sua vida clínica e da sua vida política.

Em Outubro de 1918, estalou terrível epidemia e eu dispus-me a fazer clínica rural em cinco freguesias do concelho, onde tratei mais de quinhentos doentes.

Apesar de invadir a área de acção do dr. Fonseca, o acaso não permitiu que, alguma vez, nos encontrássemos.

O velho clínico era venerado pelos seus numerosos clientes e irradiava uma aura de simpatia e de respeito.

Apesar da sua humildade e da sua competência, tinha um ar agreste, era má-língua e não poupava a maior parte dos colegas, incluindo um sobrinho, meu contemporâneo e amigo.

Pois tive a felicidade de lhe cair no agrado.

Quando visitava um doente que já fôra visto pelo *doutor da Charneca*, o *doutor de S. Tiago* acatava sempre o diagnóstico feito, e concordava com o tratamento.

O dr. Fonseca não ocultava nunca o prognóstico da doença. As famílias dos doentes apreciavam deveras a sua franqueza e exigiam que o médico revelasse o prognóstico feito. Doente que ele desenganasse nunca mais tomava remédios e não continuava a ter os menores cuidados.

Vivia o dr. Fonseca para o povo e com o povo.

Pela Senhora da Abadia, deslocava-se daqui muita gente para a longínqua romaria. Pois o clínico acompanhava os romeiros, montado no seu cavalo e, ao chegar à Senhora da Abadia, instalava-se numa barraca e via ali os seus doentes.

O velho médico, espécie de João Semana, estava sempre de bom humor e não encobria nunca a sua adorável modéstia.

Um belo dia, certa pessoa precisou de dois atestados médicos, para fins convenientes.

Foi primeiro a um clínico da cidade, que encimou o seu atestado com extensa lista de títulos: F., bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, sócio do Instituto da

mesma cidade, membro correspondente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, etc., etc.

O dr. Fonseca, lendo, com um sorriso, o *curriculum vitae* pomposamente alardeado pelo seu colega cidadão, modesto e irónico, da sua pessoa apenas disse: «F., médico-cirurgião pela Escola Médica de Lisboa, irmão da Confraria do Santíssimo da Freguesia de S. Tiago de Castelões...»

S. Simão de Novais — 23-V-44

A Primavera de 1944

Este ano resolvi assistir à chegada da Primavera ao Minho.

Contava que ela viesse triunfante, cercada de flores, como no quadro de Boticelli.

Contava ouvir em sua honra um concerto por melros, pintassilgos e rouxinóis, concerto em que se destacassem canções tão belas como a de Mendelsohn.

Puro engano: para mostrar que estamos a vinte de Março, algumas violetas bravas abrem furtivamente lindas flores azuis, a romper dos alcerces das paredes rústicas.

E os campos estão quase inteiramente desprovidos de flores e quase nem erva têm.

Nos lameiros pastavam bois famintos, de olhos arregalados, a ver se descortinam umas ervinhas que a geada não secasse, e, de narinas resfolegantes,

abrem a boca até às goelas, a ver se conseguem apreender o alimento de que tanto necessitam.

E a respeito dos habituais concertos das avezinhas, nas suas bodas primaveris, apenas chilreiam os pardais, a depenicar até ao pé as ervilhas que o lavrador ingènuamente semeara pelo Natal.

E, lá ao longe, em serviço do Ministério da Economia, a Poupa aconselha, no seu piar de três sílabas: «Poupa-o-pão, poupa-o-pão, poupa-o-pão!»

Bem queria aconselhar a gente moça das cidades a deixar o ar abafado dos cafés e dos cinemas e vir para o campo alegrar os pulmões e o espírito notempo bendito da Primavera, que se vai atrasando tanto. Não o farei este ano, para que a gente moça não se desiluda, por não achar motivo de alegria que a leve a criar aborrecimento pela vida estúpida que leva nas cidades.

A entrada da Primavera, este ano, não tem graça nenhuma.

E o lavrador do Minho está triste como no inverno.

Ninguém acalenta as suas esperanças, ninguém o defende.

Os ladrões profissionais são cada vez mais numerosos e os gatunos amadores não têm conta.

Hoje mostraram-me um arsenal de chaves falsas, de gazúas e de outras ferramentas da arte

de roubar, que dois gatunos tiveram de abandonar na noite de ante-ontem, quando foram descobertos a assaltar a casa de um modestíssimo proprietário meu vizinho.

Eu já fui director de um museu de criminologia.

Pois devo confessar que nunca vi uma colecção tão rica de chaves falsas, de gazúas, de variadíssimas peças de arame destinadas a abrir portas e gavetas.

Com certeza não há porta nenhuma que resista ao riquíssimo instrumental do feliz gatuno.

S. Simão de Novais — 20-III-44.

P. S. — Informaram-me que a Primavera sempre chegou, conquanto atrasada.

Trazia o costumado manto de flores, cercavam-na revoadas de andorinhas, alegravam o ambiente cânticos de passarada de todas as espécies. Quanto aos ladrões, é que não houve mudança. Passou a Semana-Santa e não se registaram propósitos de emenda.

Não admira: Nosso Senhor Jesus Cristo era Deus e só converteu um dos que morreram ao seu lado...

Porto, IV.44.

No Museu de Camilo

Logo que a Casa de Camilo Castelo Branco foi transformada em museu, fui fazer-lhe a primeira visita.

Recebeu-me um pobre guarda, já velho, que me serviu de amável cicerone.

A sala principal tinha as paredes adornadas de retratos.

«Este, apontou o guarda, é o Senhor Camilo», e acrescentou episódios da tragédia da sua vida e da sua morte.

«Aquele, é a Senhora D. Ana», e explicou o seu romântico adultério.

«Aquele é o Senhor Pinheiro, primeiro marido dela, coitadinho; foi ele que mandou fazer esta casa.»

«Acolá estão os filhos do Senhor Camilo: o senhor Nuno e o senhor Jorge — e aludiu a tristes

episódios da loucura deste e das travessuras de Nuno. . . »

Depois, o guarda estacou diante do quadro que representava uma figura estranha, de indumentária esquisita, de chapéu de avantajadas dimensões:

— «Este não o conheci», informou o cicerone, meio envergonhado. «Não é do meu tempo» . . . Tratava-se do retrato do Infante D. Henrique!

*

*

*

Vou agora referir-me a outro episódio que me contou um querido amigo e que se passou também no Museu de Camilo.

Um belo dia, foi esse meu Amigo, com outra pessoa, também culta e educada, mas doente, visitar as relíquias camilianas, tão pobremente guardadas em S. Miguel de Seide. Finda a visita, foram convidados a assinar o livro dos visitantes.

O primeiro traçou logo o seu nome, sem hesitar.

Mas o segundo estacou altivamente, e recusou-se a deixar ali a sua assinatura.

Subitamente, ouve-se estranho ruído, que alarmou os visitantes.

Seria o espectro de Camilo que protestava contra a atitude do segundo visitante?

Seria apenas um móvel mal seguro, que deslisou pelo chão?

O que é verdade é que pareceu um protesto.

Não quis deixar ali o seu nome o segundo visitante, porque sentiu ferver-lhe nas veias o sangue da que serviu de modelo para a «Brasileira de Prazins», da qual era descendente.

Aos sarcasmos de Camilo, respondeu com aquele movimento de repulsa. . .

Porque não temos liberdade!

Na primavera de 1926, pela primeira vez, tive a honra e o prazer de assistir a uma reunião da *Association des Anatomistes*.

Presidia o velho professor Nicolas e tive ocasião de me relacionar com muitos anatómicos e histologistas célebres de França, Bélgica, Holanda, Itália, etc.

O congresso, nesse ano, foi em Liège, no belo Instituto de Anatomia Swaen, e ainda assistiu o professor Julin, apesar de aposentado.

Depois da reunião, partimos em excursão para a Holanda em *auto-cars*.

Primeiramente, dirigimo-nos a Utrecht, onde fomos amavelmente recebidos em casas particulares. Eu e minha família, assim como um distinto biólogo italiano, com sua esposa, fomos recolhidos na excelente habitação de uma

velha e distintíssima família holandesa, da qual fazia parte um estudante de medicina.

Ao anoitecer, instalamo-nos ali, na casa inteiramente devoluta, e ao dispor dos hóspedes.

Antes de retirarmos para os quartos que nos foram destinados, abriu-se um armário, cheio de provisões, e tivemos uma abundante ceia, durante a qual mantivemos longa e amena conversa.

Logo de entrada, o colega italiano, interrogou-me de chofre: — «O senhor é judeu?»

Não se imagina a instintiva repulsa com que o meu sangue de cristão-velho repeliu a agressiva pergunta.

Quando lhe disse, terminantemente, que não era judeu, o meu amável companheiro replicou, orgulhosamente: — «Pois eu, sou!»

Três anos mais tarde, encontramos-nos outra vez, na Reunião de Bordeus da mesma Associação.

Na animada e amistosa reunião prévia, fiquei na mesma mesa do colega italiano.

Conversamos animadamente sobre assuntos vários, sobretudo àcerca da situação política dos nossos respectivos países.

Falei-lhe no extraordinário progresso que tinha alcançado a Itália, onde tinham sido saneados pântanos, que foram substituídos por novas cidades, cheias de vida e saúde; onde se tinham

reatado as relações, tão tremidas desde 1870, entre o papado e a casa de Sabóia, no engrandecimento do reino de Itália, que em poucos anos se transformou num grande império.

Ia apresentando, lentamente, estes factos, que deviam alegrar todos os que pertencem à gloriosa raça latina.

Enquanto falava, notava, porém, que o colega italiano, conquanto fosse confessando a verdade de tudo quanto eu dizia, não mostrava o menor entusiasmo. Pelo contrário, mostrava um descontentamento impressionante.

Não sabendo explicar o desgosto do meu interlocutor, animei-me a perguntar-lhe: «então se concorda no facto de estar em franco progresso a sua terra, porque razão se mostra descontente?»

E o colega italiano formalizou-se e respondeu-me: — «Então não sabe porque estamos descontentes? Ora essa, estamos descontentes, porque não temos liberdade!»

E, animando-se mais, repetiu aos congressistas que estavam nas mesinhas próximas:

«Querem saber o que me está a perguntar *Pirêsse de Limá*? — Se nós estamos contentes com o regime fachista...

Não estamos! Porque não temos liberdade!
Porque não temos liberdade!»

As raças exóticas no Norte de Portugal

A secção de Etnografia do Congresso Nacional de Ciências da População, apresentei um trabalho intitulado: *«Influência dos mouros, judeus e negros na Etnografia Portuguesa»* (1).

Ampliando o assunto, publiquei, logo a seguir, um volume sobre o mesmo tema (2). Desde então, como veremos nesta nota, alguma coisa tenho a acrescentar e rectificar. A pág. 41 do meu livro apontei a opinião de Ricardo Jorge, expressa em 1897, a respeito do alto valor da raça judaica e da sua influência benéfica na História de Portugal. Tal opinião, a meu ver exagerada, ainda a manifestava o insigne professor em 1916 (3), dizendo que, «pela grandeza e glória desta pátria fizeram eles tanto ou mais do que aqueles que se

julgavam seus exclusivos naturais. . . » E não se cansa Ricardo Jorge de exaltar ao máximo o *judeu inteligente, ilustrado e sábio*. . .

A página 62 do meu livro (2) refiro-me a superstições a respeito de Negros, colhidas em Gil Vicente e Garcia de Resende. Faltou-me citar o passo de João de Barros (4): «os antigos. . . tinham por mau agouro topar com coisa feia, como o imperador Adriano, que disse ter chegado o seu fim por encontrar um negro.»

Referi-me largamente ao *Auto de Floripes* (pág. 72). Sobre essas dansas e assuntos conexos, leia-se Alford & Gallop (5), Rodney Gallop (6), Leandro Quintas Neves (7) e Gustavo Barroso (8). Aqueles autores ingleses viram representar o *Auto de Floripes* em Nossa Senhora das Neves e a *Mouriscada* em Sobrado (Valongo), apresentando belas descrições daqueles bailados. E Gustavo Barroso refere-se ao *Auto do Rei dos Mouros*, representação popular do Nordeste brasileiro. «Apesar de ficar aberta a fronteira de Melgaço à emigração judaica, afirmo no meu citado livro (2), no tempo de D. João II nunca se estabeleceram judiarias nos territórios do actual distrito de Viana do Castelo, diz Maximiano Lemos — e ali são escassas as tradições hebraicas.»

Estes factos foram negados pelo ilustre es-

critor Carlos de Passos, em carta que amavelmente me escreveu a 14-VI-41.

«Em Ponte de Lima houve uma judiaria, diz aquele meu amigo, ainda hoje bem reconhecível. Dela se encontram notícias na obra «*Anais Municipais de Ponte de Lima*», pág. 125, editada em 1938 pela Câmara Municipal. Escreveu-a Miguel Reis Lemos e passou longuíssimos anos em manuscrito. Houve-a também na cidade de Viana. Conhecida ficou a Rua da Judiaria. Notícias dos judeus propinam o *Foral Grande* e outras obras. Ainda hoje, numa e na outra terra, se conhecem muitas famílias eivadas desse pecado original.»

Por duas vezes (9) discuti o grave problema do racismo, que teve tanta importância na génese, no desenvolvimento e na terminação da 2.^a grande guerra. Certamente, em tempos mais serenos do que este, voltará esse tema a ser estudado pelos competentes.

É variável de nação para nação o comportamento perante as raças atrasadas. Àcerca dos *Pretos em Portugal*, apareceu há pouco a melhor obra de que tenho conhecimento. Escreveu-a o missionário António Brásio, S. Sp. (10). Os pretos são tratados pelo Rev. Missionário com simpatia talvez exagerada, e o P. Brásio nega os malefícios

da mestiçagem. Não acredita mesmo nas informações de Clenardo e de Resende a respeito da extraordinária percentagem de indivíduos de raças exóticas em Portugal no Século XVI. Não sei por que motivos, merecem-lhe mais confiança as estatísticas de Cristóvão Rodrigues.

É próprio da Nação portuguesa tratar os pretos com todo o carinho. Mas não concordo que a caridade com os povos atrasados nos leve a percorrer o mundo a engendrar mulatos e outros mestiços das mais variadas castas. . .

O P. Serafim das Neves (11) referiu-se há pouco ao Campo da Preta (Azurara), e à Festa da *Senhora do Rosandário*, onde havia curiosas danças de pretos.

E a isto se resume o aditamento que desejo fazer à minha modesta obra publicada há oito anos.

Bibliografia

- 1) *J. A. Pires de Lima* — Influência dos Mouros, dos Judeus e dos Negros na Etnografia Portuguesa (Congresso do Mundo Português — Publicações — XVIII Vol. — Lisboa, 1946).
- 2) *J. A. Pires de Lima* — Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal, Porto, 1940. — Livraria Civilização.
- 3) *Ricardo Jorge* — Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano. (Arq. de História da Medicina Portuguesa. Porto, 1916).
- 4) *João de Barros* — Panegíricos.
- 5) *Rodney Gallop* — Portugal — A Book of folkways. Cambridge, 1936.
- 6) *Alford & Gallop* — The traditional dance. London, 1935.

- 7) *Leandro Quintas Neves* — O Cruzeiro de Al-gares (A Aurora do Lima, 17-III-44).
- 8) *Gustavo Barroso* — Portugal Semente de Im-périos.
- 9) *J. A. Pires de Lima* — Racismo (Voz da Fá-tima — Palavras de um Médico 13-XI-40, Vol. II pág. 17) e VIII, 3.^a série 13-VII-43.
- 10) *António Brásio, S. Sp.* — Os pretos em Por-tugal. Lisboa, 1944.
- 11) *P. Serafim Neves* — Azurara, Notas Etno-gráficas (Douro - Litoral, 2.^a s. -IV. Porto, 1946).

A experiência é perigosa...

Quando fui estudante de medicina, há meio século, relacionei-me com um alfarrabista, que me sustentava, por baixo preço, o incipiente vício de bibliófilo.

O livreiro padecia de moléstia crónica, que demandava largo tratamento.

Um dia resolveu baixar ao hospital; mas, com surpresa de seus fregueses, poucos dias depois, já andava pela porta das aulas e pelos cafés, com rimas de enebados livros.

Naquele tempo, tinha o povo uma grande repugnância pelo hospital, ao qual atribuíam os maiores malefícios.

Porque não quis continuar o tratamento?

E o alfarrabista, com ar de finório, respondeu:

— «Safei-me a tempo!... Todas as manhãs, à hora da visita, o doutor segredava ao enfermeiro:

«Amanhã, é aquele... Deita-lhe um sinapismo numa artéria». E, no dia seguinte, lá marchava o desgraçado para o teatro anatómico . . . »

A voz do alfarrabista era a voz do povo, que acreditava nas mais extravagantes lendas, à cerca de experiências fantásticas que faziam nos doentes os médicos do hospital.

Os progressos da medicina devem-se a contínuas experiências, que, aliás, são praticadas sempre com o fim de beneficiar a humanidade.

Contudo, há dois mil e quinhentos anos, já dizia Hipócrates, no seu primeiro e luminoso aforismo: «A experiência é perigosa».

A ciência criou-se pela observação e pela experiência. Mas esta é cheia de perigos, pelo mal que pode fazer, e pela incompreensão dos homens incultos.

Quando Jenner, há duzentos anos, fez a maravilhosa descoberta da vacina anti-variólica, não se faz ideia das dificuldades que teve em acreditar o novo método profilático. Por toda a parte se inventavam e divulgavam os malefícios da vacina. Em plena revolução francesa andavam propagandistas da vacina, acompanhados por uma vitela vacinífera, apta para fornecer inoculações profiláticas.

Não se imagina a perseguição de que foram vítimas os primeiros vacinadores. O menos que

lhes acontecia era serem bombardeados com anedotas trocistas de todo o género, como a que se deduz duma caricatura do tempo, intitulada: *Efeitos da vacina*. Um pobre homem, que se tinha sujeitado à vacinação, estava a parecer-se, de forma singular, com a vitela vacinífera. A vacina, com a colaboração da sua bela esposa, até fazia surgir na sua frente duros apêndices como os que o animal ostentava. . .

Um século mais tarde, deu-se na medicina a maior transformação que ela sofreu depois de Hipócrates. Pois quando o génio de Pasteur, que aliás não era médico, bruscamente fez saltar a medicina para o seu grande progresso actual, quantas dificuldades não teve, quantas contrariedades não recebeu das mais altas corporações científicas? Lembremos por exemplo a oposição que às ideias pastoreanas fez a Academia de Medicina de Paris, e muitas outras sociedades científicas, entre elas a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. Como uma vela acesa, disse, pouco mais ou menos, Ramón y Cajal, a ciência dá luz queimando-se e deramando lágrimas.

Quantos mártires conta a ciência médica, na sua benemérita progressão dos últimos tempos? Lembremos quantos sacrifícios custou aos cientistas o conhecimento que hoje temos da pato-

genia da lepra e da terapêutica das febres palustres. Quantos médicos não têm sacrificado a saúde, e a própria vida, em prol do progresso da ciência! Estou agora a lembrar-me do gesto dum médico português do meu tempo, António Balbino Rego, que tão rápida e tão brilhante carreira fez. Quando frequentava o quinto ano de medicina, descobriu-se o agente duma doença venérea muito comum. Pois Balbino Rego escolheu o estudo desse bacilo para assunto da sua tese e não pôs dúvida em inocular no seu próprio corpo uma cultura do micróbio recentemente descoberto. Recordo-me bem de ver, num dos seus braços, as escaras purulentas da sua experiência arrojada.

O público não faz ideia do que deve à classe médica, não faz ideia dos sacrifícios por ela feito a bem da humanidade sofredora. Actualmente acusam-se alguns membros dela de terem praticado, durante a guerra, as mais ignóbeis torturas.

Pela minha parte, repilo indignado os morticínios praticados durante a guerra; e, com não menor indignação, repilo as odientas represálias dos que venceram.

Estão a ser julgados como criminosos de guerra, acusados de abomináveis experiências em prisioneiros, algumas dezenas de médicos.

É espantoso o que se lê nos jornais a respeito dos crimes desses médicos.

Um empregado do Instituto de Anatomia de Estrasburgo afirmou que entraram ali muitos cadáveres provenientes de campos de concentração. Esses cadáveres deitavam sangue pelo nariz e pela boca...

Se o *garçon* do Teatro Anatômico de Estrasburgo se lembrasse de dissecar esses corpos, talvez encontrasse, numa das suas artérias, um sinapismo como os que o médico a que aludiu o meu *caga-cebo* mandava aplicar nos doentes do Hospital de Santo António...

Dezembro de 1946.

Fátima

A história gloriosíssima de Portugal apresenta, de onde a onde, uns pontos fracos, em que parecia ter de sossobrar a obra de Afonso Henriques. Nos maiores perigos, todavia, o milagre de Ourique repete-se, e Portugal reergue-se maravilhosamente.

Logo no fim da primeira dinastia, a traição de Leonor Teles é contrabalançada pelo montante sagrado de Nun'Álvares.

Depois da obra épica da dinastia de Avis, Portugal cai verticalmente, resvalando ao domínio dos Filipes.

Mas surge logo o Rei restaurador, que nos coloca sob o domínio espiritual da Imaculada Conceição.

A obra de D. João IV esteve na eminência de falhar, porque seus filhos não estavam à altura

do grave momento e porque os seus vassallos misturavam o seu sangue de heróis com elementos de raças inferiores.

O Marquês de Pombal, ditador sem coração, no meio da obra grande que realizou, deixou lacunas perigosas.

Veio depois o liberalismo, filho da Revolução francesa. Outro perigo muito grave para a integridade de Portugal.

Nessa época, houve traidores que se atreveram a ir a França solicitar a Napoleão que nos anexasse ao seu império . . .

A última fase crítica da nossa história foi a proclamação da República portuguesa em 5 de Outubro de 1910.

A nossa república foi cópia fiel do regime que surgiu em França no fim do Século XVIII.

Também mataram o Rei e também cortamos as relações com a religião de Cristo.

No Ateneu Comercial do Porto ouvi um tribuno ameaçar Braga, a Roma portuguesa, com o extermínio do catolicismo, pela promulgação próxima da lei de separação.

A religião católica desapareceria de entre nós dentro de três gerações, proclamava outro.

Tivemos até a imitação carnavalesca dos três maiores revolucionários de 1789:

O eloquente Danton foi representado por António José de Almeida, médico afamado que, depois de atingir as culminâncias de chefe do Estado, adoeceu como qualquer mortal e foi tratar-se ao estrangeiro com um charlatão.

Como era eloquente António José!

Ouvi-o na inauguração da Universidade do Porto, fundada por ele.

Não proferiu, nessa hora solene, quaisquer frases em louvor da cultura portuguesa.

Andavam pela Galiza ingénuos compatriotas a tentar o restabelecimento das nossas instituições clássicas.

O fundador da Universidade do Porto aproveitou o discurso inaugural para tropejar palavras de ameaça contra os *Couceiristas*.

•Se eles tiverem fome, dêem-lhes chumbo derretido! Se tiverem sede, dêem-lhes água-raz!•

Quantos disparates deste género tiveram de ouvir alguns austeros professores da nossa universidade!

Também houve um Robespierre na revolução portuguesa. Chamaram-lhe depreciativamente *Robes... pierrot*.

Com que ferocidade as autoridades desse tempo tratavam os mais altos representantes da religião católica!

Muito bem me lembro da expulsão do santo bispo D. António Barroso do seu paço, que foi ignòbilmente roubado, para ali ser instalada a Câmara Municipal do Porto.

Outro grande vulto da democracia portuguesa, o mais inteligente de todos, fez o papel de Marat. Mas como era pouco limpo de seu corpo, não podia ser assassinado quando tomava banho, e conferiram-lhe a alcunha de *Marat-sem-tina*.

Com que impudor foi confiscada pela maçonaria a Misericórdia do Porto, fundação gloriosa da Rainha D. Leonor!

A proclamação da República deve-se à ingénua propaganda de alguns dos maiores pensadores portugueses do Século XIX.

Mas é curioso verificar que os mais notáveis se afastaram, enojados da sua obra, imediatamente logo que ela mostrou os primeiros frutos.

Basta ler, sobre o assunto, as «Últimas Farpas» de Ramalho Ortigão e «Saibam quantos...» de Fialho de Almeida.

Um dia estranhava alguém ao velho professor Pedro Dias, da Escola Médica do Porto, que os heróis da República eram muito ordinários, em comparação com os grandes lutadores do liberalismo.

E o velho mestre, que ainda tinha conhecido alguns destes, explicou: «Vocês admiram os che-

fes das lutas liberais, porque não lidaram com eles. Fiquem sabendo que os revolucionários, tão famosos, das lutas liberais, eram tão bons como os de agora . . .”

Pela minha parte, comparo o cinco de Outubro à traição dos falsos portugueses que foram ao sul de França reclamar a intervenção napoleónica, aos partidários de Castela em 1580, e aos que adulavam a torpe Leonor Teles.

Todas as vezes, porém, que Portugal está em perigo, o céu logo determina a sua salvação.

A 13 de Maio de 1916, em plena guerra grande, e no período mais violento das perseguições religiosas em Portugal, deu-se esse facto prodigioso, que sobressaltou toda a gente:

Numa serra inóspita da Extremadura, não longe do solo sagrado de Aljubarrota, três crianças que apascentavam ovelhas, declararam que tinham tido uma visão sobrenatural: que viram uma senhora, vestida de branco, mais brilhante que o sol, e que se tratava de Nossa Senhora do Rosário, que tinha descido do céu.

Ninguém acreditou, nem a família dos videntes, apesar das suas profundas crenças religiosas, nem sequer o pároco da freguesia.

Os bons republicanos da época troçavam os pastorinhos, ameaçando-os de graves castigos, se

eles teimassem na propaganda da supersticiosa aparição.

Os videntes, porém, não deixaram nunca de repetir a narrativa do seu encontro com Nossa Senhora.

As aparições repetiram-se até Outubro do mesmo ano; no dia 13 de cada mês, apareciam multidões cada vez maiores, de crentes que, de todos os cantos do país, se deslocavam para apreciar os fenómenos sobrenaturais que se anunciavam.

Os livres pensadores desesperavam-se, e um pobre latoeiro que desempenhava o lugar de administrador do concelho, perseguiu ferozmente os pobres videntes, prendendo-os e ameaçando-os de os cozer num caldeirão de azeite a ferver!

Os videntes resistiram a todas as ameaças e confirmavam sempre a veracidade das visões sobrenaturais.

A Associação do Registo Civil e a Federação Portuguesa do Livre Pensamento publicava um rigoroso manifesto contra os *pretensos milagres*, manifesto que terminava de maneira vibrante:

«Cidadãos:
Viva a República!
Abaixo a Reacção!
Viva a Liberdade!»

Esse curioso documento veio transcrito na bela obra do P. de Marchi: «Era uma senhora mais brilhante que o sol...»

Os brutos carbonários notaram com desespero que a verdadeira liberdade tinha realmente triunfado, que os pequenos videntes foram soltos, que os católicos acorreram em massa à Cova da Iria, que a autoridade eclesiástica confirmou a veracidade dos acontecimentos e que, 25 anos após as aparições, o papa, falando pela rádio em língua portuguesa, consagrava o mundo inteiro ao Imaculado Coração de Maria, satisfazendo aos desejos expressos pela própria Virgem, na Cova da Iria.

Finalmente a 13 de Maio de 1946, Sua Santidade mandou ali expressamente um Cardeal, seu legado, para calocar na cabeça da santa imagem uma coroa construída com jóias oferecidas por muitos milhares de portuguesas.

Em trezentos anos foram certamente estes os dois factos mais importantes da história do catolicismo em Portugal: O decreto de D. João IV a considerar a Imaculada Conceição nossa Padroeira, e a coroação da imagem da Virgem da Fátima por um cardeal legado do pontífice romano.

Os livres pensadores reclamaram liberdade. Conseguimo-la realmente, e pode agora, e deve

agora, mais que nunca, Portugal inteiro prostrar-se aos pés da Virgem da Fátima, suplicando:

«Miraculosa Rainha do Céu!
Sob o teu manto, tecido de luz,
Faz com que a guerra
Se afaste da terra,
E reine entre os homens
A paz de Jesus!»

S. Simão de Novais
Setembro de 1946.

Viva Portugal!

No período da minha mais intensa actividade, tive a grande honra de tomar parte em cinco das reuniões da *Association des Anatomistes* (Liège, 1926 — Londres, 1927 — Praga, 1928 — Bordeus, 1929 — Lisboa, 1933), e conservei dessas viagens de estudo uma saudosa e perene recordação, admirando a organização perfeita daquela Associação e o pleno exito científico das suas reuniões.

Esta manhã, muito me lembraram certos episódios da Reunião de Bordeus, em cuja exposição anexa figuravam encefalografias de Egas Moniz, que estavam no catálogo com o título de *método português*.

Como se sabe, o intenso labor dos congressos da Associação dos Anatómicos era precedido duma reunião preliminar e terminava por

um banquete, nos quais se intensificavam cada vez mais as relações de amizade entre os morfologistas.

À Reunião de Bordeus recorde-me que compareceram dois congressistas russos: uma senhora, por sinal nada formosa, que todos acolhiam com pouca simpatia. Quando passava o estafermo soviético, todos sorriam, e os portugueses valentes diziam, por entre dentes: Lá vai o «coiro da Rússia»... Pelo contrário, um colega da mesma nacionalidade tornou-se deveras simpático.

Era um zoólogo, que, por motivos políticos se tinha expatriado, conquistando um lugar de professor numa das universidades de Praga.

— «Porque é que o senhor saiu da sua terra?» — inquiriu o jovial Mawas.

— «Se eu não fugisse da minha terra, respondeu ele, matavam-me».

Comentário imediato de Mawas: «Então o senhor preferiu viver? Bravo! Bravo! Bravo!»

Convivemos muito com aquele professor de Zoologia da capital da Tchecoslováquia no banquete final do Congresso de Bordeus.

Ao meu lado estava o ilustre colega conimbricense Maximino Correia, hoje Reitor da Universidade. Falamos muito do Colégio de Guyene, que precedeu a Universidade de Bordeus, colégio

célebre dirigido pelo grande humanista português Gouveia, mestre de Montaigne, que a ele se refere nos «Ensaíos».

O nosso colega russo interessou-se muito pela nossa conversa e, ao sair do restaurante, muito animado, andou abraçado a nós, altas horas da noite, a gritar pelas ruas de Bordeus: Viva Portugal! Viva Portugal!

S. Simão de Novais, 14-VIII 47.

Fernando Pires de Lima (*)

14-6-1841 = 3-7-1925

Quem pensar nos progressos de Santo Tirso no último quartel do Século XIX e nas duas primeiras décadas do Século actual, forçosamente há-de recordar a acção dum modesto professor de instrução primária, que tão elevado papel exerceu na educação do povo tirsense.

Fernando Pires de Lima, oriundo de família humilde, nasceu em Carreço (Viana do Castelo) e, aos onze anos de idade, como sucedeu a tantos dos seus conterrâneos, foi para o Porto dedicar-se ao rude mister de pintor de casas.

Revelando desde criança grande vontade de se instruir, depois dos seus estudos primários, matriculou-se na primeira escola técnica que se

(*) «O Jornal Lusitano».

fundou no Porto—a Escola Industrial (hoje Instituto Industrial), onde obteve o diploma de agrimensor (1869).

Por essa época, Fernando Pires de Lima relacionou-se com Luís Correia de Abreu, antigo professor do Colégio de S. Pedro de Alcântara, de Fontenay-aux-Roses, perto de Paris, e fundador do Colégio de S. Fernando, em Landim, onde foram educados rapazes das primeiras famílias do Minho.

Orientado pelo benemérito pedagogo, Fernando Pires de Lima foi nomeado professor primário em Areias. A escola, como sucedia a todas as outras do concelho de Santo Tirso, não possuía edifício próprio.

O novo professor abriu uma subscrição e, em pouco tempo, obteve meios para construir a escola de Areias, que passou a ser a mais frequentada de todo o concelho.

Por portaria de 21-XI-924, o Governo determinou que aquela escola passasse a denominar-se «Escola de Fernando Pires de Lima».

Depois de brilhante concurso de provas públicas, desempenhou igualmente o lugar de professor de ensino complementar na vila de Santo Tirso, e, nas duas escolas, ensinou a ler cerca de mil alunos, dentre os quais saíram professores de todos os graus de ensino, médicos, advogados, sacerdotes,

farmacêuticos, empregados forenses, funcionários públicos, jornalistas, agricultores, comerciantes, industriais, etc.

Com José Bento Correia fundou o «Jornal de Santo Tirso», do qual foi redactor principal durante longos anos.

Também foi, durante algum tempo, director do Asilo-Escola Agrícola de Santo Tirso, predecessor da actual Escola Agrícola do Conde de S. Bento.

Durante longos anos, desempenhou as funções de agrimensor da Câmara Municipal de Santo Tirso, elaborando projectos e dirigindo a construção de muitas dezenas de obras em todo o concelho.

Entre os projectos que elaborou, convém citar o do restauro do belo claustro romano-gótico do Mosteiro beneditino de Santo Tirso, obra em que teve a colaboração do ilustre arqueólogo Abade Pedrosa.

De origem extremamente humilde, Fernando Pires de Lima, com o seu espírito inteligente e com tenacíssima força de vontade, conseguiu criar uma família de letrados.

São seus filhos:

Joaquim Alberto Pires de Lima — Ex-cate-drático da Faculdade de Medicina do Porto, funda-dor e ex-director do Instituto de Anatomia dessa Faculdade, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, laureado com o Prémio Godard da Sociedade de Antropologia de Paris, Grande Oficial da Ordem Militar de S. Tiago da Espada, e da da Instrução, antigo director do Instituto de Criminologia do Porto. Organizou a biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto, da qual foi bibliotecário durante longos anos.

António Augusto Pires do Lima — Ex-Di-rector geral do ensino liceal, antigo professor e Reitor do Liceu de D. Manuel II, advogado, antigo deputado da Nação e ex-governador civil do Porto. Foi o organizador e primeiro Reitor do Liceu Feminino do Porto.

Augusto César Pires de Lima — Professor do Liceu de D. Manuel II e da Escola Industrial de Mousinho da Silveira, antigo director da Escola Industrial do Infante D. Henrique, procurador à Junta da Província do Douro Litoral, Director do Museu Etnográfico do Porto e advogado.

Américo Pires de Lima — Tenente-coronel médico, catedrático das Faculdades de Ciências e de Farmácia da Universidade do Porto, ex-Director da Faculdade de Ciências e antigo Director da Faculdade de Farmácia, Director do Instituto de Botânica de Gonçalo Sampaio da Universidade e antigo chefe dos serviços de Higiene da Expedição a Moçambique (1916-1917).

Entre os netos de Fernando Pires de Lima, contam-se:

Alexandre Lima de Castro Carneiro — Director clínico das Caldas da Saúde, preparador do Instituto de Botânica da Universidade do Porto.

António Andrade Pires de Lima — Ex-médico da Misericórdia de Santo Tirso e director da Tutoria da Infância do Porto.

Fernando Andrade Pires de Lima — Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, advogado, Ministro da Educação Nacional.

Augusto Pedrosa Pires de Lima — Psiquiatra,

antigo médico da Cadeia Civil do Porto, ex-deputado da Nação.

Alberto Pedrosa Pires de Lima — advogado no Porto.

António Pedrosa Pires de Lima — Ex-secretário da Câmara Municipal de Barcelos, advogado, Director geral da Administração Política do Ministério do Interior.

Fernando de Castro Pires de Lima — Clínico do Hospital Geral de Santo António, médico escolar do Conservatório de Música do Porto. Tem publicado diversos estudos etnográficos.

† *Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa* — Pianista, compositora e folclorista.

Américo Pedrosa Pires de Lima — Engenheiro agrónomo em serviço no Ministério da Agricultura.

Fernando Pires de Lima saiu do nada e, como uma variação brusca, adquiriu, pelo seu esforço, uma situação totalmente diferente daquela em que foi criado.

Transmitiu à sua prole o fogo sagrado, e os seus descendentes procuraram caminhar com dignidade no trilho em que foram lançados.

Para a sua família, é Fernando Pires de Lima uma santa recordação.

Para os tirsenses, é um nobre exemplo a seguir.

Porto, 30-1-1940.

(actualizado)

Mordeduras de cão danado (*)

Em 3 de Junho de 1921, fiz na «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» uma conferência intitulada: «O dente-santo de Aboim da Nóbrega e a lenda de S. Frutuoso, Abade» (*Trabalhos I*—pág. 176).

No ano anterior, tinha sido preso em Vila Nova de Gaia um curandeiro que tratava os mordidos de cão danado por meio de um *dente de S. Frutuoso*.

Estudei então, minuciosamente, a lenda do dente-santo e a biografia de S. Frutuoso, Abade. Estudei, na tradição popular e na literatura, a milagrosa relíquia e falei desenvolvidamente dos saludadores ou benzedores.

Aludi aos milagres operados por intervenção

(*) «Jornal do Médico», 1944.

de S. Frutuoso, Abade, desde a sua morte, no Século XII.

Falei também de diversas *cabeças-santas*, além da de S. Frutuoso. Não esqueci a de Guimarães, à qual recorreu o mestre de Avis, quando foi mordido por uma cadela danada, segundo afirma o seu Filho no «Leal Conselheiro».

Dezassete anos mais tarde ⁽¹⁾, foi reeditado o meu trabalho, com largas ampliações.

Sobre este assunto juntei depois informações, colhidas na literatura, etc.

Tive conhecimento de várias cabeças-santas e outras relíquias empregadas no tratamento das mordeduras de cão danado (Lavandeira-de-Anciães, Arcos-de-Val-de-Vez, Ancede, Esturãos, etc).

O P. Manuel de Aguiar Barreiros estudou a capela de S. Frutuoso em S. Jerónimo de Real — Braga — Porto, 1919.

O agiógrafo Jorge Cardoso tratou do assunto em diversos passos do célebre *Agiolôgio Lusitano* e o mesmo acontece a João Baptista de Castro no «Mapa de Portugal».

A 22 de Outubro de 1941, o Dr. Carlos de Passos informou-me amavelmente que encontrara

(1) J. A. Pires de Lima e F. C. Pires de Lima—Tradições populares de Entre-Douro-e-Minho — Barcelos, 1938.

nos registos paroquiais da freguesia de Estorãos (Ponte-de-Lima) a menção de que «Em 30 de Janeiro de 1827 faleceu Manuel António da Cunha, natural de Touvelo (Ponte-da-Barca), que andava girando pelo mundo com um dente chamado Santo». Teria relações com o saudador que eu estudei em 1921?

Sobre a «Santa Cabeça» de Chaves, veja-se Leite de Vasconcelos — «De terra em terra» — I pág. 76 e, sobre a «Cabeça-Santa» da Senhora da Oliveira, de Guimarães, veja-se também «Revista de Guimarães», 1923 — pág. 290.

Sobre a caveira-santa de Ancede, apareceram recentemente dois estudos importantes.

O primeiro deles, do Dr. Joaquim Figueira, intitulado «A caveira-santa de Ancede» foi publicado no «Portugal-Médico» de 1926 — pág. 429.

A 19 de Julho de 1935, o autor teve a amabilidade de me oferecer uma fotografia da relíquia.

Mais tarde, no «Jornal do Médico» de 16-XII-1944, o falecido Dr. Armando Leão fez o estudo anatómico da «Cabeça Santa de Ansêde», narra a sua história, colhida na tradição oral, e publicou um desenho original da relíquia.

Referiu-se o colega Armando Leão à lenda de S. Comilão e à sua travessia do Rio Douro em cima de um capote.

Dêvem ser reminiscências da vida de S. Francisco de Paula, que, do mesmo modo, atravessaria o estreito de Messina, lenda que serviu de tema a Liszt, para uma das suas mais famosas composições.

Todas as superstições a respeito da profilaxia da raiva são perigosíssimas, sobretudo depois da descoberta da vacina de Pasteur.

Quando eu era rapaz, ouvia falar constantemente de dois remédios que eram considerados infalíveis no tratamento profiláctico das mordeduras de cão danado.

Esses dois remédios, que tiveram voga extraordinária, estão hoje, felizmente, esquecidos: as *pedras* de Lousado, que se applicavam sobre as mordeduras de cães supostos raivosos, e o remédio da família Sousa, do Alto-da-Feira, Santo Tirso, que pretenderam contrapor à vacina pastoreana.

Ricardo Jorge (Prólogo do «Anuário dos Progressos da Medicina em Portugal» —II— 1884 e *Ensaos Científicos e Críticos*, riu a bom rir daquele remédio:

«Já as senhoras Ricardas de Santo Tirso, minhas illustres homónimas, tirante o sexo, tinham enfiado por essa mesma vereda farmacológica»...

E prometeu, jocosamente, vir a estudar a composição do remédio.

Ele era considerado infalível. Mas recordo-me que meu Pai conservava, com todo o cuidado, um jornal com larga notícia do falecimento por hidrofobia de um indivíduo que tinha sido tratado com o remédio de Santo Tirso.

E o meu Pai tinha anotado a lápis a desconso-ladora noticia: «O remédio das Ricardas falhou».

Tenho presente um folheto de 84 pág., intitulado pomposamente:

«Cura da raiva pelo remédio preparado pela família Sousa de Santo Tirso — Praça do Conde de S. Bento, 1893».

Não se faz ideia da audácia com que foi elaborado o folheto (1). O remédio tirsense era comparado com o de Pasteur, mas considerado muito superior a este, porque o remédio francês nem sempre era eficaz e o de Santo Tirso nunca falhava...

Publica o folheto uma série de mapas indicativos da lista das pessoas mordidas por cão danado e tratadas pelo remédio da Família Sousa, desde 1886 até 1893.

Afirmam os mapas que essas dezenas de mordidos foram todos curados pelo remédio.

(1) Antes dele, tinha sido publicado outro em Lisboa em 1890, intitulado: «Cura da mordedura de cão danado sem ser necessário ir a Paris».

O fabricante dele em 1892 mandou uma circular às autoridades do concelho, a todos os médicos, farmacêuticos e a outras pessoas gradas, a inquirir da eficácia do medicamento.

Todos foram unânimes em declarar que o tratamento era eficaz, chegando-se à conclusão de não ser preciso ir a Paris tratar-se ninguém da mordedura de cão danado.

O folheto insere, por último, diversas notícias de jornais de Santo Tirso, Porto e Lisboa, a fazer a apologia do infalível remédio e a protestar contra a criação do Instituto anti-rábico pelo sistema de Pasteur.

João Bonança, no jornal «O Futuro», protestava indignadamente, *em nome dos que pagavam*, contra a criação de um instituto anti-rábico, onde se faziam tratamentos pelo sistema de Pasteur, «enquanto houver em Portugal quem cure a raiva e forem manifestos os exemplos de essa cura».

Quando saiu este livrinho, eu tinha dezasseis anos e mal pensava ainda que viria a formar-me em medicina.

Apesar disso, quando li este folheto, de que ninguém se lembrará hoje, senão eu, escrevi, indignado, no fundo de um dos mapas das *curas*:

«Este homem morreu hidrófobo no dia 28 de Fevereiro de 1888, (como se pode ver pela cor-

resp. de Baião, 4 de Março, publicada no Com. do Porto a 8 do mesmo mês) apesar de ser tratado convenientemente pela droga de Santo Tirso (1). Consta-nos que outro indivíduo de Bougado (?) nas mesmas condições, também morreu.

A quantos aconteceria o mesmo? Que é que se faria para reconhecer a cura dos doentes? Como é triste pessoas de uma certa ilustração deixarem-se seduzir por uma lenda grosseira, afirmando coisas cuja veracidade não procuraram investigar!

E, na lombada do folheto, escrevi, em letras maiúsculas: *Charlatanismo*.

O livrinho foi escrito, na melhor boa fé, por um distinto advogado, e alguns excelentes clínicos da minha terra tiveram a ingénua fraqueza de elogiar a eficácia do remédio...

(1) Esse indivíduo havia sido mordido por cão ralvoso, nas mãos e numa coxa, na freguesia de Santa Leocádia (concelho de Baião) em Setembro de 1887 (Informação do referido folheto).

O cisma da Granja do Tedo (*)

No Capítulo I de um dos meus livros (1), referi-me largamente à Mulher-Homem, extravagante criatura, que muito intrigou a imprensa e a polficia do Porto em 1879 e a qual ainda hoje persiste na tradição popular.

A «Mulher-Homem» era um rapaz, que veio, como tal, a casar e teve o triste fim de morrer no pavoroso incêndio do Teatro Baquet.

Na revista «O Tripeiro» (2) pode ler-se a biografia da *Mulher-Homem* e contemplar-se o seu retrato.

(*) «Jornal do Médico», Janeiro de 1945.

(1) J. A. PIRES DE LIMA — Vícios de conformação do sistema uro-genital — Porto, 1930.

(2) «O Tripeiro» — *passim*.

Mas não desejo, neste momento, ocupar-me de questões de sexualidade, nem tão pouco desenvolverei o tema escandaloso da organização de uma seita religiosa que, se não fosse a intervenção violenta da autoridade, atingiria as proporções das seitas norte-americanas dos *Mormons* e da *Ciência-cristã*.

No meado do Século passado, na freguesia da Granja do Tedo, concelho de Tabuaço, fundou-se tal seita, que veio a agrupar um cento de pessoas, de ambos os sexos, mas que andavam todas em trajos masculinos, usando nome de homem. Tinham vida escandalosa e celebravam uma espécie de missa herética, à qual assistiam em completa nudez.

Faziam romarias a vários santuários e essas peregrinações duravam, por vezes, umas poucas de semanas.

A história da questão pode ser estudada num raro livrinho ⁽¹⁾, de que possuo um exemplar na minha biblioteca particular.

(1) «Maria Coroada ou o scisma da Granja do Tedo. Verdadeira história da Mulher-homem ou Homem-mulher António Custódio das Neves ou Antónia Custódia das Neves por Patrício Lusitano e Pantaleão Froilaz — Porto, Tipografia de Manuel José Pereira, 26, Rua de Santa Tereza, 26 — 1879» — 1 vol. de 216 páginas.

O precioso livrinho foi-me oferecido em 19 6-1929 pelo estimado colega e hoje Professor Luís de Pina.

Num verbete que está junto ao frontispício, vem a informação de que se trata de pseudónimos, e que os verdadeiros autores do livro foram Pinho Leal e o Abade de Miragaia Pedro Augusto Ferreira, autores da obra notável «Portugal antigo e moderno».

Efectivamente, a revista «O Tripeiro» confirma tal informação.

Mas não pretendo ocupar-me da origem, desenvolvimento e extinção da escandalosa seita da Granja do Tedo.

Apenas quero informar que o referido livro tem anexo um aditamento, onde se encontram muitas dezenas de receitas e de ensalmos.

É que, depois de destroçado o *cisma da Granja do Tedo*, a célebre «Maria Coroada» continuou no seu mister de bruxa e benzedeira.

A colecção de ensalmos do aditamento a este livrinho, além de antiga, é uma das mais ricas que tem sido publicadas no nosso país. Por isso, bem merece uma análise.

Trata-se de umas sessenta receitas, que, pela estupidez que denotam, e pela sua composição

imunda, muito indignaram os eruditos autores do livro (1).

Como é vasta e quase desconhecida a colecção, bem merecia que fosse convenientemente estudada e confrontada com outras colecções de ensalmos organizadas mais recentemente.

Pela minha parte, apenas desejo fazer uma pequena análise das *receitas* mais curiosas, e chamar para o caso a atenção dos etnógrafos.

É longo o ensalmo contra as *sezões*, no qual entra a lenga-lenga:

«Todo o mal que neste corpo entrou,
Ar de névoa, ar de cinza,
Ar de galinha choca, ar de cisco,
Ar de vivo em pecado,
Ar de morto excomungado,
Ar de todo o mau olhado,
Seja deste corpo apartado,
Deus te descanhe de quem te acanhou,
Deus te desinveja de quem te invejou.»

(1) Na monumental «Etnografia Portuguesa», do sapientíssimo Leite de Vasconcelos, (Vol. I — 1933), a qual, infelizmente ficou incompleta, pode ler-se a história das superstições em Portugal. Nessa obra não é mencionado o «cisma da Granja do Tedo».

Por aqui se vêem as razões porque às sezões também se chama, à italiana, *malária*.

No ensalmo contra a dor *ciátega*, invocam-se vários santos, cujos préstimos estão de acôrdo com as rimas:

«As pessoas da SS. Trindade são três:
Elas querem e podem.
Donde o mal veio, para lá torne.
Senhora da Conceição,
Ponde aqui a vossa mão.
Senhor S. José, ponde aqui o vosso pé.
São Luís, ponde aqui o vosso nariz,
Para que lhe preste quanto fiz.
Jesus, filho de Maria,
Socorrei-me neste dia.
Paz *teco*, aleluia.»

Segue-se o remédio para a *tropezia* e depois ensina-se a curar a *nurisma*, invocando:

«São Frei Pedro Dias, *libaral*,
Prumeiro que em Roma fez *espital*...»

Vêm depois os remédios para dores de cabeça, *oriorizes*, para levantar a *espinhela*, para tirar o *fastio*, *dor de ouvidos*, *dor do peito*, *cabrunços*, etc.

Ensina depois a curar a *triz*, o *defluxo*, a *opi-lação*, a matar as *lombrigas* e a praticar outras

maravilhas, como a cura das hérnias congénitas, por um processo muito vulgarizado.

Quando o meu Pai comprou a Quinta de Silvalde, havia lá um carvalho cerquinho, que tinha sido rachado ao meio, tendo sido passada entre as duas hastes uma *criança rendida*, que se curou da hérnia enquanto elas soldavam. Pois lá vem, no livrinho que estou analisando, a técnica para a cura das crianças rendidas pelo processo da *rachadela do carvalho cerquinho* . . .

Seguem-se numerosas rezas, para os mais variados fins. Veje-se o *nomen-numen*, de S. Clemente, contra as dores de dentes:

«Naquele monte mal assente,
Está o Senhor S. *Quelimente*,
E chegou Nossa Senhora
E lhe diz: — Que tens *Quelimente*?
— doi-me o queixo e mais o dente.
— Queres que to benza, *Quelimente*?
— Quero sim, minha Senhora!
— Põe as tuas cinco *pulgadas*
Sôbre essas tuas pontadas,
Que elas serão abrandadas.
Padre Nosso, Avé-Maria.
Paz teco, aleluia.»

Neste formulário, há remédio para tudo, inclusivamente «para a mulher poder sair da cama sem o marido dar fé» . . .

«Para talhar a *zipula*» menciona mais uma variante do ensalmo que começa «Pedro e Paulo foi a Roma», que, em tantas modalidades, foi registado por A. Lima Carneiro e F. C. Pires de Lima (1).

Muito curioso é o ensalmo «Para talhar o ar», em que se trata a *tiziquidade e porplecia, gota coral e todo o mau ar* . . .

Para abreviar, transcreverei apenas o final deste ensalmo :

«E se este *creaturo* ou creatura tiver
Alguma destas coisas tal,
Às areias do rio vá parar
Porque lho tiro pela cabeça,
Senhora Santa Tereza;
Tiro-lho pela banda,
Senhora Sant'Ana;
Tiro-lho por detrás,
Milagroso S. Brás;
Tiro-lho por *diente*,
Senhor S. Vicente;
E tiro-lho pelo fundo,
Deus Nosso Senhor por todo o mundo;
P. N. A. Maria e *Christel em zom.*»

(1) ALEXANDRE LIMA CANEIRO & FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA — Arte de talhar a erisipela. Portucalense Editorial, Porto, 1943.

A preciosa colecção termina por uma «receita magnífica e muito experimentada» *para a moça fazer andar o rapaz sempre à cordinha, até que se resolva a casar com ela.*

É muito complicada a receita, e mete anatomia comparada, pois nela entra um osso de cão, outro de gato e outro de um *defunto*.

É muito difícil de obter a receita e mais difícil a sua aplicação.

Mas é tal a sua eficácia, que valerá a pena o sacrifício. . .

**S. Cosme e S. Damião,
médicos anargiros (*)**

A MEMÓRIA DO
DR. PEDRO VITORINO

Cosme e Damião eram irmãos, naturais da Arábia, dizem os agiógrafos (12). S. Gregório Turonense era de opinião que se tratava dos filhos mais novos, gémeos, de uma distinta família, que educou os seus cinco filhos na doutrina cristã.

Dotados de grande inteligência e de grande virtude, Cosme e Damião dedicaram-se ao estudo da medicina, que então estava muito atrasada na sua pátria. Mas, com o favor de Deus, alcançaram grande reputação entre os conterrâneos, que acorriam em massa à sua consulta. As curas maravilhosas que faziam eram seguidas de numerosas conversões ao Cristianismo, e fizeram com que

(*) «Boletim do Douro Litoral», II-1945.

as autoridades romanas começassem a vê-los com maus olhos.

Por ordem dos imperadores Diocleciano e Maximiano, foi mandado para Egeia, onde exerciam clínica, o prefeito Lísias ⁽¹⁾, encarregado de exterminar a religião cristã.

Agente da perseguição de Diocleciano, mandou imediatamente prender Cosme e Damião, e ordenou que eles fossem submetidos aos maiores tormentos, até que se decidissem a deixar a religião de Cristo.

Obstinados na sua fé, Cosme e Damião, assim como os seus outros irmãos, foram submetidos a tremendos suplícios, que foram afrontados com a maior serenidade.

Milagrosamente salvos da fogueira e das ondas do mar, onde foram lançados, assim como de uma nuvem de setas, o tirano Lísias pôde, por fim, desfazer-se dos mártires, ordenando que fossem degolados.

Foi a 27 de Setembro de 286 que terminou o martírio de S. Cosme e S. Damião, a que chamaram médicos anargiros, por não levarem dinheiro aos seus clientes.

As suas relíquias foram levadas para Roma e

(1) Chamam-lhe outros Lidiano.

depositadas na igreja que o papa S. Félix mandou erigir em sua honra, igreja que foi transformada no templo pagão dedicado a Rómulo.

Consagra a Igreja católica o dia 27 de Setembro à festa de S. Cosme e S. Damião, vítimas da 10.^a perseguição, no tempo do imperador Diocleciano (6).

Na missa daquele dia, pronuncia o sacerdote esta oração:

«Nós Vos pedimos, ó Deus todo-poderoso, a graça de, celebrando o natal de Vossos santos Mártires Cosme e Damião, sermos libertados, por sua intercessão, de todos os males eminentes. Por Nosso Senhor».

Também, na missa da quinta-feira da 3.^a semana da Quaresma, o sacerdote recita esta oração: «Que a solene celebração de Vossos santos Cosme e Damião Vos glorifique, ó Senhor, neste dia em que lhes outorgastes a glória eterna e nos socorrestes em Vossa infável providência. Por nosso Senhor».

S. Cosme e S. Damião foram os patronos escolhidos pela classe médica para as suas confrarias e sociedades (3).

Foi nos séculos XII e XIII que o culto dos dois santos se espalhou pela Europa Central e Ocidental, estabelecendo-se numerosas igrejas a

eles dedicadas em França, em Espanha e em Portugal, na Itália e na Flandres, organizando-se por toda a parte confrarias de médicos e cirurgiões, que os tinham como patronos.

Também no Brasil, sobretudo na Baía, se desenvolveu muito o culto dos santos médicos anargiros (9).

Como parece terem sido gémeos S. Cosme e S. Damião, o povo do Norte do Brasil relaciona com os dois santos o folclore relativo aos gémeos e leva a sua perspicácia até distinguir os gémeos uni-vitelinos dos bi-vitelinos.

Ao aproximar-se o dia 27 de Setembro, o povo da Baía anda aos ranchos, a tocar viola e a cantar uma longa versalhada, que começa assim:

*«Ó lindo amor, ó lindo amor,
São Cosme e São Damião,
É um cravo, é uma flor!»*

Tendo tão larga difusão o culto dos santos patronos dos médicos, é natural que seja muito rica a sua iconografia.

Silva Carvalho (3) afirma que o culto de S. Cosme e S. Damião começou no nosso País antes da fundação do Reino de Portugal e cita numerosos documentos iconográficos, a começar

pelas pinturas em madeira dos primitivos portugueses Jorge Afonso e Alvaro Pires.

O belo quadro do primeiro encontra-se hoje no Museu das Janelas Verdes e representa S. Tomé entre os dois santos médicos, os quais ostentam atributos da sua arte.

No mesmo Museu existe outro quadro, de autor português anónimo, o qual representa os mesmos santos da cinta para cima.

No Museu de Machado de Castro (Coimbra) está arquivado um quadro que representa um doente ladeado pelos santos patronos da medicina, e no Museu de Grão Vasco (Viseu) existe outro, atribuído a este pintor insigne, espécie de tríptico em que aparece a effigie de S. Brás, ladeada pelos santos médicos.

Também na botica do Convento de Jesus (Aveiro) existiu outrora um quadro pequeno de madeira, que representava os dois santos.

Nas igrejas matrizes de várias freguesias cujo orago é S. Cosme, existem ou existiram imagens dos santos padroeiros da medicina. Entre muitos dos exemplares citados por Silva Carvalho (3), mencionarei as imagens de madeira que se encontram na Igreja de S. José, em Lisboa.

A esta lista acrescentarei mais alguns documentos iconográficos mencionados num trabalho

do saudoso Pedro Vitorino (8): além de uma estampa estrangeira, reproduz um registo de S. Cosme de Gondomar e uma *tábua* do Século XVII, do antigo convento do *Corpus Christi*, a qual representa S. Cosme, S. Damião e o advogado dos mareantes, S. Pedro Gonçalves Telmo.

É riquíssima a iconografia dos santos padroeiros da profissão médica. Para não me alargar demasiadamente, de obras artísticas estrangeiras apenas citarei a miniatura belíssima extraída do *Livro de Horas* de Ana de Bretanha, por Paul Richer (10). Como acontece muitas vezes, os dois santos são representados pelos retratos de dois médicos da rainha, com a indumentária da época.

Tem este ensaio por objecto colaborar no «*In Memoriam*» dedicado ao artista eminente que foi o meu malgrado Colega e Amigo Pedro Vitorino.

Escolhi para tema a observação de dois quadros em madeira que até hoje não foram descritos. Mencionou-os pela primeira vez, creio eu, Silva Carvalho (3), nos termos seguintes :

«Durante algum tempo serviu de paróquia a capela existente também em Armamar, da casa do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mendonça Balsemão, onde existem dois quadros representando os dois Santos, estando um examinando um ourinol e o outro

rodeado de doentes, a um dos quais faz um curativo. . . As cores escuras dos quadros e a pouca luz do local não permitem fotografá-los. . . mas parece-me que seriam dignos de restauro».

Foram efectivamente restaurados há dois anos pelo pintor portuense Augusto Tavares e encontram-se actualmente no Porto em casa do Prof. Dr. António de Mendonça Monteiro, que me facultou o seu exame.

O Professor Mendonça Monteiro é irmão do Dr. Francisco de Mendonça Monteiro, informador do Dr. Silva Carvalho, e ambos netos do Dr. Mendonça Balsemão, que morreu há anos juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

O outro informador do Dr. Silva Carvalho é o médico naval Dr. Custódio Fernandes, natural de S. Cosmado.

A casa onde se encontravam os quadros, antes de virem para o Porto, era da Quinta da Cêrca, solar de uma antiga família nobre, cuja árvore genealógica pode ser estudada na obra de José Augusto Carneiro (1).

Àquele Professor agradeço todos os informes e todos os obséquios prestados.

Os dois quadros são de grandes dimensões (1^m,46 × 0^m,76), além das molduras douradas.

Trata-se de pintura em tábuas.



S. Cosme está de pé no átrio de uma enfermaria.

A sua face, emoldurada de espessa barba negra, é iluminada por um olhar vivíssimo, em que se nota uma quase exoftalmia.

A mão esquerda, levantada até à altura da cara, empunha o vaso das urinas, atributo indispensável aos médicos da Renascença; a mão direita sustenta um livro, de capa de pergaminho, da qual pende uma pequena fita da mesma pele.

A indumentária do Santo, longe de ser do tempo em que ele viveu, pertence à época em que foi pintado o quadro: capa escura amplíssima, com longas pregas, chapéu cónico, muito alto, colarinho e punhos alvíssimos. Cerca a sua cabeça uma grande auréola de Santidade. Os seus pés projectam larga sombra nos ladrilhos quadrados do pavimento. A luz do quadro vem da direita e ilumina suavemente a face e as mãos de S. Cosme.

Em plano posterior, fica uma enfermaria, separada do átrio por uma espécie de pórtico, ladeado por altas colunas com uma pequena cornija quase no topo.

Na entrada da enfermaria está um degrau, com o dístico em letras maiúsculas:

«Ant.º Viera pintava Anno 1624»

A enfermaria, de teto de masseira, apresenta, de cada lado, uma série de cubículos isolados, em cada um dos quais se vê um doente deitado na cama.

Ao todo, vêem-se cinco doentes à esquerda e dois à direita. É de notar a particularidade de serem de cores muito vivas e muito variadas os vestuários dos doentes.

Predomina o vermelho e o verde, e talvez a circunstância fosse um mero pretexto para que Viera mostrasse o vigor do seu colorido.

Enquanto que a imagem de S. Cosme se encontra erecta, num interior, a meia luz, no vestíbulo de uma enfermaria, a do irmão ostenta-se ao ar livre, em pleno campo, onde S. Damião está rodeado de doentes estropiados. Ao contrário de S. Cosme, cujo olhar vivíssimo se perde ao longe, S. Damião, de pálpebras semi-cerradas, de olhos no chão, parece meditar no tratamento que há-de aplicar aos seu doentes.

A mão direita de S. Damião empunha uma espátula, e a esquerda segura delicadamente a caixa dos remédios.

Mas parece-me que o pintor, quando representou os atributos médicos do Santo, tinha no pensamento os seus próprios instrumentos de trabalho, pois a espátula dá ideia de um pincel e a

tampa da caixa dos remédios parece uma paleta de pintor com as tintas de diversas cores espalhadas em montículos. . .

O doente a quem S. Damião faz o tratamento está sentado em sua frente, de cotovelo direito apoiado no joelho, dorso nu e mão esquerda estendida. Parece que é na unha do polegar esquerdo que S. Damião aplica o seu tópico.

Será uma pomada cáustica para combater alguma impertinente ónico-micose?

A barba de S. Damião, espessa, é castanho-escuro, e não negra retinta como a de seu santo irmão. Também está revestido de ampla capa escura e coberto por alto chapéu cônico, circundado pela auréola de Santidade. Mas a capa de S. Damião está debruada de peles, e o colarinho e os punhos são encanudados, como era moda na época em que foram pintadas as tábuas.

Ao examinar a complicada gola branca de S. Damião, parece que estamos a ver o adorno cervical de um dos discípulos do professor Túlpio na *Lição de Anatomia* de Rembrandt.

Sentado à esquerda de S. Damião, semi-nu, está outro doente, de face emaciada, olhos encoados e zigoma saliente, de mãos enclavinhadas, que se apoiam na parte superior da região tibial anterior esquerda.

No pescoço levanta-se o relevo acentuadíssimo do esterno-cleido-mastoideu, que limita a fossa supra-clavicular profundíssima e a depressão pré-muscular.

As lesões deste doente localizam-se nos membros inferiores: na região rotuliana esquerda há uma úlcera muito vasta, de cor rubra. Tratar-se-ia de um higroma pré-rotuliano que esfacelou?

Na região tibial anterior do mesmo lado, também se vê uma pequena úlcera. E, abaixo do joelho esquerdo, nota-se que haverá outra lesão encoberta por uma ligadura.

À direita do Santo, caminhando para ele, nota-se ainda outro estropiado. De longas barbas ponteagudas, apoia a axila esquerda numa muleta, sobre a qual se estende o membro superior esquerdo em resolução muscular, talvez indicativa de paralisia. O pobre homem traz ao peito o braço direito, numa faixa pendente da nuca.

Por trás do Santo, em perspectiva mal definida, observa-se um ambiente campestre: à direita, casas humildes, tendo ao fundo manchas de arvoredo em duas filas transversais, e, à esquerda, um vasto palácio.

Mais ao longe, parece ver-se um pórtico, aberto na rocha. Tanto em cima, como atrás da abertura, vêem-se outras árvores.

Pintados em plena época filipina, não é de estranhar que o autor destes quadros, António Viera seja espanhol.

Mas nota-se neles a nítida influência flamenga. Em quadros de Dierick Bouts, de Memling, de van Eyck e de outros primitivos flamengos (2,11), poderia Viera ter colhido muitas sugestões para os seus quadros de S. Cosmado.

Não admira nada que eles se baseiem na escola flamenga, pois está provado que, na época gloriosa da dinastia de Avis, grandes eram as relações políticas, científicas, literárias e artísticas entre Portugal e a Flandres. Artistas portugueses iam frequentemente a Roma e a Antuérpia aperfeiçoar-se, é notória a influência de Albrecht Dürer em Portugal, e até nós vieram pintores flamengos dos mais insignes (4, 5, 7).

Basta citar Van-Eyck, que fez parte da embaixada que, em 1428, veio pedir para o Duque de Borgonha, Filipe, o Bom, a mão da Infanta D. Isabel, filha do Mestre de Avis.

Van-Eyck pintou em Lisboa o retrato da Infanta, cujo casamento se realizou em Bruges, com grande deslumbramento, em 10 de Janeiro de 1430.

Para comemorar a festa e a aliança do Duque de Borgonha com a Íncлита geração, fundou aquele a célebre Ordem do *Tosão de Ouro*.

Além do retrato da Infanta, sabe-se que Van-Eyck pintou outros quadros em Lisboa.

É pois muito profunda a influência dos pintores flamengos na arte portuguesa.

Mas não sou movido pelo intento de desenvolver qualquer ponto de história da Arte. Apenas desejei, neste pequeno esboço, colaborar no *In Memoriam* de Pedro Vitorino, analisando dois belos quadros, quase desconhecidos.

Sáfu muito pobre o meu estudo.

Pena é que ele não tivesse podido ser feito pelo malogrado crítico de Arte, a cuja memória piedosamente o dedico.

Bibliografia

- 1) 1904 — *José Augusto Carneiro* — Memória genealógica e biográfica sobre Martinhos Falcões — Porto.
- 2) 1906 — The masterpieces of the early flemish painters Gowans's Art books N.º 7 — London.
- 3) 1928 — *Silva Carvalho* — O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil — Coimbra.
- 4) 1929 — *Joaquim de Vasconcelos* — A pintura portuguesa nos Séculos xv e xvi — 2.ª ed. — Coimbra.
- 5) 1929 — *Joaquim de Vasconcelos* — Albrecht Dürer e a sua influência na Península — 2.ª ed. — Coimbra.
- 6) 1936 — *Gaspar Lefebvre* — Missal quotidiano e vespéral — Bruges.

- 7) 1940 — Os primitivos portugueses — (1450-1550) — Lisboa.
- 8) 1942 — *Pedro Vitorino* — Médicos e Cirurgiões. Os Santos patrocinadores. (Jornal do Médico — II vol.) — Porto.
- 9) 1943 — *Osmar Gomes* — O culto dos gémeos na Baía — (Revista Brasileira — III, 8 — Rio de Janeiro.
- 10) s. d. — *Paul Richer* — L'Art et la Médecine — Paris.
- 11) s. d. — *Musée d'Anvers* — Recueil de 180 photogravures d'après les chef-d'œuvres de la galerie des maîtres anciens — Anvers.
- 12) s. d. — *Croiset* — Ano Cristão, trad. de Matos Soares — IX-Setembro — Porto.

Observação inédita de polimastia numa aguarela antiga (*)

Por amável concessão do seu proprietário, o distinto bibliófilo sr. Armando Couto, foi-me confiado, para estudo, um precioso manuscrito seiscentista, em cuja portada se vê uma artística e estranha aguarela, que representa Nossa Senhora da Conceição.

A bela imagem fere-nos imediatamente a vista, por apresentar nada menos de quatro seios, um dos quais encoberto pelos membros inferiores do Menino Jesus.

O manuscrito tem uma rica encadernação de madeira forrada de couro, com belos ornatos em relevo e com sinais de ter sido outrora cravada com pregos decorativos.

(*) MVSEV — IV-1945.

Com a capa, o manuscrito mede 31×21 centímetros.

Infelizmente foi mutilado o seu frontispício, mas, por uma data escrita na margem da folha 15 verso (11 de Dezembro), vê-se que ele começou a ser escrito no princípio do século XVII.

O livro só está escrito até à folha 76, ficando ainda muitas em branco.

Foi escrito por vários calígrafos, sendo as duas últimas páginas redigidas em 4 de Dezembro de 1798.

A primeira parte do manuscrito insere os estatutos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, outrora instalada no Convento de S. Francisco.

Os estatutos compreendem trinta e quatro pequenos capítulos, iniciados por letras capitais adornadas por belíssimas aguarelas.

Os estatutos foram confirmados a 10 de Junho de 1616 por Fr. André de Guimarães. E, ao termo da confirmação, segue-se uma página com numerosas assinaturas de irmãos da Santa Confraria.

Seguem-se algumas folhas em branco.

Na folha 26 *Começão os estatutos do Compromisso da Confraria da V. M. S. N. da Conceição sita em este Convento de S. Francisco

desta Cidade do Porto: reformados em o anno de 1671».

O texto começa por uma linda iluminura dourada.

Os novos estatutos compreendem trinta e um pequenos capítulos e terminam por numerosas assinaturas de irmãos da confraria. E, na folha 51, vem a confirmação dos «estatutos e a nova reforma que com o seu santo zello figurão os Sn.^{ores} Irmãos da Virgem Imaculada».

Na folha 52 fala-se na necessidade de substituir o retábulo da Virgem Nossa Senhora da Conceição.

Daí por diante, inserem-se as actas ou termos de reuniões da Confraria.

A última reunião a que alude o manuscrito vem descrita a folha 75 v. e 76, no «Termo que fazem o Juis E Mordomos para o que abaixo se declara». Esta reunião realizou-se a 4 de Dezembro de 1798 na Casa do Despacho do Convento de S. Francisco.

Ainda sob a dominação filipina, antes que El-Rei D. João IV declarasse a Imaculada Conceição padroeira do reino (1), já entre nós havia

(1) A provisão de D. João IV é de 25-3-1646 e a definição do dogma da Imaculada Conceição foi apenas em 8-XII-1844 (1).

grande devoção por Maria Santíssima, como se deduz da apresentação dos Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, fundada no princípio do século XVII, no Convento de S. Francisco:

«Sam tantas e tam grâdes merces, que Deos nosso Sñor (vsando do seu infinito poder, e misericordia) continuamete nos faz, per meo da sacratissima sempre virgem Maria, máy sua...»

Voltemos à formosíssima aguarela que serve de portada ao Manuscrito.

Mede 23×14 centímetros e representa Nossa Senhora com o Menino Jesus ao colo.

Está circundada de nuvens brancas, (*cumulus*) enoveladas, tendo na orla interior uma revoada de querubins. Os seus pés, envolvidos nas pregas do vestido, apoiam-se no *bordo convexo*, da lua nova (²).

(²) A mesma disposição lunar se vê num registo de N.ª S.ª da Conceição publicada na obra cit. de Alberto Pimentel (1), pág. 223.

Como é sabido, a Imaculada Conceição é muitas vezes representada com os pés apoiados na concavidade da lua nova. Assim a pintou Murillo (2) em alguns dos seus famosos quadros. Pelo contrário, na sua Imaculada Conceição arquivada no Museu *L'Ermitage*, de S. Petersburgo, a lua está de concavidade voltada para baixo, como na aguarela que descrevo.

A mesma disposição vi em dois *registos* da Imagem da Imaculada Conceição que se venera na Paroquial Igreja de

As franjas dum manto que desce da cabeça são seguras nos antebraços e tanto a cabeça da Virgem como a do Menino são circundadas por halos de santidade.

A cabeleira da virgem estende-se, em opulentos anéis, aos lados do pescoço e dos ombros. Mas o que mais surpreende nesta bela imagem é, na face anterior do peito, a presença de dois pares de seios, dos quais, o inferior esquerdo está encoberto pelos membros inferiores do Menino.

Que significará esta anomalia, na imagem veneranda da Virgem Santíssima?

Quando expirou no Calvário, Jesus tinha a seu lado Sua Mãe e S. João Evangelista.

«E Jesus, pois, tendo visto Sua Mãe e o discípulo que ele amava, o qual estava presente, disse a sua Mãe: Mulher, eis aí o teu filho. Depois disse ao discípulo: Eis aí a tua Mãe» (3).

S. João representava a humanidade inteira e,

Santo Ildefonso da cidade do Porto (estampas pertencentes ao Sr. Emanuel Ribeiro, bem como em dois registos da opulenta colecção do Sr. Armando Couto: uma, sem qualquer legenda, apoia o pé direito numa serpente de maçã na boca e o esquerdo na convexidade da lua nova; e, na imagem de «Nossa Senhora da Conceição venerada na Igreja de Massarelos» encontrando-se aos pés da Virgem, sucessivamente: três querubins, a convexidade da lua nova, quatro querubins e a serpente a envolver o globo terrestre.

por isso, Nossa Senhora ficou sendo a Mãe do género humano. Talvez por isso, o desconhecido pintor seiscentista decidiu figurar a Mãe de Deus e dos homens com dois pares de seios, para mostrar que ela tinha de nutrir espiritualmente imensa prole.

Onde iria inspirar-se o ignoto artista?

Durante as minhas visitas a Paris, várias vezes notei o vasto quadro de Rubens intitulado *Triunfo da Religião*, que está situado na amplíssima galeria do Museu do Louvre (4, 5).

Esse quadro tem superiormente a legenda *Fides Catholica* e apresenta grande número de personagens de ambos os sexos. As do sexo feminino mostram sempre seios exuberantes, como é próprio das pinturas de Rubens, por exemplo, nos belos retratos de sua segunda mulher, a formosíssima jovem Helen Fourment.

No *Triunfo da Religião*, Rubens, na última personagem da direita, representa uma mulher semi-nua, de cujo peito pendem nada menos de cinco túmidos seios.

Não é a única vez que o grande pintor figura casos de polimastia, nos quais representaria a fecundidade da Natureza.

Já por duas vezes me ocupei (6, 7) de observações de polimastia na Arte. Entre elas, citei duas colhidas em obras de Rubens: *Triunfo da*

Religião, quadro célebre do Louvre e o desenho da portada do livro de Léssio *De IVSTITIA et IVRE*, impresso em Antuérpia, em 1617, na célebre tipografia Plantiniana.

Em algumas estampas que estudei, como um *registro* da Senhora da Penha de França, a fecunda Natureza é representada com multiplicidade de seios.

Os antigos egípcios representavam a deusa Ísis com muitas mamas, querendo, deste modo, simbolizar a fecundidade. Da mesma forma se representava Diana de Éfeso.

Atribui-se também polimastia à mulher do imperador romano Severino, que era conhecida por Júlia Mammea, e parece que também Ana Bolena, uma das mulheres do Rei Henrique VIII, de Inglaterra, tinha um ou dois seios a mais.

Terminando esta breve digressão, voltemos à nossa estampa, para cuja elaboração parece que entrariam sugestões da arte de Rubens.

Como vieram elas até nós?

Já em outra ocasião (8), baseando-me na autoridade de Joaquim de Vasconcelos (9, 10) e de Reinaldo dos Santos (11), informei que foram outrora importantíssimas as relações dos nossos artistas com os da Flandres. Pena é que não se profunde o estudo dessas relações artísticas que

tivemos na era gloriosa de Avis. Só assim poderiam desvendar-se mistérios como o da origem do famoso quadro «Fons Vitæ», pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Porto (12).

Ele tem todas as características da arte flamenga, como me parecem tê-las uns quadros que estudei (8) e que representam S. Cosme e S. Damião.

Também me parece que a aguarela, que encontrei no manuscrito que acabo de descobrir, tem manifestas influências da arte de Rubens, a cuja época pertence.

Sabe-se (10) que, nessa época, era frequente os pintores portugueses irem aperfeiçoar-se à Flandres, Itália e Alemanha, e que vários dos mais célebres pintores flamengos estiveram em Portugal.

O próprio Rubens esteve diversas vezes na Península Ibérica e chegou a dizer-se que esteve em Vila Viçosa, a convite do Duque de Bragança (futuro Rei D. João IV).

Joaquim de Vasconcelos não se pronuncia sobre a autenticidade desse convite, a fim de *não baralhar mais* as questões sobre a história da arte em Portugal.

Como quer que seja, creio que não será imprudente encontrar afinidades com Rubens na curiosa estampa que analisei.

Lamento não poder estudar convenientemente a história da Ordem de S. Francisco no Porto, e da irmandade de N.^a S.^a da Conceição ali fundada há perto de 4 séculos.

O monumental edifício do Convento de S. Francisco foi testemunha de muitas convulsões políticas, que nos amarguraram nos dois últimos séculos: invasões francesas, lutas liberais, proclamação da república.

Num desses movimentos revolucionários, certamente, é que saiu da posse do Convento de S. Francisco o curioso manuscrito que tive a honra de compulsar.

Não quero deixar de apresentar uma amostra das iniciais tão decorativas deste manuscrito. Como teratologista, escolherei o lindo *P* da fol. 8, aguarela que mede 4×4 cms. e que representa uma cabeça humana, de longo bigode e volumosos chifres em forma de asas, e de pescoço apoiado em humildes patas de galinha e forte cauda. O arco do *P* é formado por dois animalejos serpentiniformes, um dos quais morde o nariz.

Na opulenta colecção de Valton (13), que reuniu mais de quatrocentos desenhos decorativos baseados em figuras monstruosas, não encontro nenhum que se pareça com esta linda letra inicial do manuscrito.

Bibliografia

- 1) *Alberto Pimentel*—História do Culto de Nossa Senhora em Portugal, Lisboa, 1899.
- 2) *The masterpieces of Murillo* — Goyan's & Gray, London, 1906.
- 3) *Evangelho segundo S. João* (XIX, 26-27).
- 4) *Hourticq* — Le Musée du Louvre.
- 5) *The masterpieces of Rubens*—Goyan's & Gray, London, 1906.
- 6) *J. A. Pires de Lima* — Vícios de conformação do sistema uro-genital, 1 vol., Porto 1930.
- 7) *Idem*—A polimastia na arte («Ilustração Moderna», Porto, Julho de 1930).
- 8) *Idem* — S. Cosme e S. Damião, médicos anargiros, Junta de Província do Douro Litoral — Doutor Pedro Vitorino — In Memoriam, Porto, 1945.

- 9) *Joaquim de Vasconcelos* — A pintura portuguesa nos séculos XV e XVI, 2.^a ed, Coimbra, 1929.
- 10) *Idem* — Albrecht Dürer e a sua influência na Península, 2.^a ed., Coimbra, 1929.
- 11) Os primitivos portugueses (1455-1550), Lisboa, 1940 — Prefácio de Reinaldo dos Santos (Um século de pintura).
- 12) *Magalhães Basto* — «Fons Vitae» — O misterioso quadro existente na Misericórdia do Porto, Porto, 1933.
- 13) *Edmond Valton* — Les monstres dans l'Art, Paris, 1905.

**Prefácio do livro de Pedro Vitorino
«Invasões Francesas». Porto, 1945.**

Conheci Pedro Vitorino desde o tempo em que ele frequentava a Escola Médica. Tempo revoltado, em que os alunos, por via de regra, deixavam o estudo para se entregarem a agitações revolucionárias.

Calmo por temperamento e por educação, apesar das ideias avançadas que manteve toda a sua vida, Pedro Vitorino nunca aparecia nos tumultos académicos daqueles tempos, não acamradava nunca nas atitudes académicas tão graves, a propósito da conquista dos chamados cursos livres.

Inteligente, morigerado e artista, Pedro Vitorino dedicava-se apenas ao estudo.

Interessado por assuntos literários e de belas-artistas, parece que se descuidou um tanto dos seus deveres de estudante de medicina. Pelo menos, os

seus mestres classificavam-no sempre de forma tão modesta, que nunca lhe deram nos exames senão notas de Suficiente.

Causa pasmo enfrentar a obra de Pedro Vitorino, tão vasta, tão séria, tão variada, com a de alguns «ursos» contemporâneos, sobrecarregados de valores, que se tresmalharam e não corresponderam nunca ao conceito que deles faziam os mestres!

Infelizmente, hoje mais que nunca, por instâncias superiores, a Escola, para se renovar, só pode lançar mão dos alunos classificados, e os rapazes de fraca valorização, como foi Pedro Vitorino, por mais cultura que manifestem, por mais que trabalhem após o fim do curso, esses ficarão à margem e não poderão ser aproveitados!

Pedro Vitorino ocupou sempre lugares modestíssimos, que não estavam à altura da sua capacidade. A 17 de Outubro de 1919 defendeu, sob a presidência do Professor Carlos Lima, uma dissertação inaugural de pequeno valor. Como a maior parte dos alunos, o autor ligou pouca importância ao «acto grande», considerando-o mera formalidade.

Mas, apesar da sua inclinação para as letras e belas-artes, Pedro Vitorino não se esqueceu que era médico e resolveu dedicar-se a uma espe-

cialidade que acabava de surgir no horizonte científico.

Em sessão do conselho escolar da Faculdade de Medicina do Porto de 18 de Novembro de 1912, «o prof. Viegas propõe e o conselho aprova a nomeação provisória do médico «Pedro Vitorino Ribeiro» para iconographo e therapeuta electrico sem qualquer remuneração. Este médico deverá habilitar-se nestes ramos da ciência no estrangeiro e na volta, se os seus serviços satisfizerem à Faculdade, ser-lhe-á attribuída remuneração condigna».

Repare-se que a proposta foi apresentada por um professor de ideias intransigentemente católicas e monárquicas, e visava a colocação de um rapaz quase revolucionário.

Repare-se também no título extravagante: «iconógrafo e terapeuta eléctrico».

E ainda na cautela com que se disse na proposta: nomeação provisória sem qualquer remuneração...

Pedro Vitorino fez um estágio em Paris, apresentando, na sessão final de 1912-1913 do conselho escolar, o respectivo relatório, que assim começa:

«Um velho propósito meu — a Radiologia — que me polarisava a vontade, pelo valor clínico que a reveste e pelo bocado de arte que mostra, levou-me a abalar há meses até Paris, no desejo

de conhecimentos práticos que aqui não podia obter».

O relatório agradou e o conselho votou as seguintes verbas orçamentais para o ano seguinte:

Fotografia e electroterapia:

Chefe de serviço	360\$00	} 480\$00
Material.	120\$00	

Em sessão de 1 de Agosto de 1914 aumentou o conselho a dotação anual do serviço em mais vinte escudos.

Fui eu um dos primeiros e dos que mais amplamente aproveitaram o talento artístico de Pedro Vitorino.

Logo após a Reforma de 1911, iniciei no Porto a investigação anatómica, dedicando-me à teratologia.

Em 1927 saiu o meu livro «Anomalias dos membros nos Portugueses», cuja vasta iconografia devo quase completamente a Pedro Vitorino.

Por decreto de 6 de Agosto de 1918, só publicado no «Diário do Governo» de 12 de Maio do ano seguinte, foi actualizado o vencimento desse funcionário, o qual não passava de trinta escudos mensais, e Joaquim Pedro Vitorino Ribeiro ocupou daí em diante o lugar de chefe do Laboratório de Radiologia e Fotografia.

No Anuário da Faculdade (XIV-1928), último

publicado, vem mencionado como chefe de serviço do Laboratório de Radiologia.

Até à morte desempenhou, com escrupulosa assiduidade, os seus lugares da Faculdade de Medicina e da Junta de Província (Museu Etnológico).

*

* *

Numa tarde radiosa do passado Novembro, quando saía do Instituto de Anatomia, encontrei-me, à esquina do Carmo, com Pedro Vitorino, que havia meses não via. Conversamos mais longamente que de costume: falamos da minha doença, da de seu irmão Emanuel, que tem tantas parecenças com a minha, e pedi o seu conselho autorizado sobre o projecto que tenho de mandar construir um painel de azulejos.

Na manhã seguinte, ao desdobrar o jornal, vejo a notícia de que Pedro Vitorino tinha sido trucidado pelo combóio!

Estava ao seu lado, como sempre estivera desde os bancos da Escola, outro médico ilustre, Ferreira Alves, que, não tendo obra literária e artística comparável com a de Pedro Vitorino, deixou contudo, de pedra e cal, a obra tão benemérita do Sanatório de Francelos.

Como o seu amigo de sempre, também Ferreira Alves não conseguiu ultrapassar na Escola a mísera categoria das notas de Suficiente.

São em número de muitas dezenas as obras científicas, literárias e artísticas publicadas por Pedro Vitorino, que versava com igual brilho a radiologia, a crítica de Arte, a história do Porto, a etnografia, a arqueologia.

É tão grande a sua obra que, mesmo depois de morto, por largo tempo, hão-de trabalhar os prelos, imprimindo memórias póstumas, como aquela a que destino este prefácio.

Não deve limitar-se a este dever elementar a homenagem à memória do austero trabalhador do pensamento, que perdemos há pouco.

Para bem da cultura nacional, é de justiça reeditar, numa série de volumes, a colecção completa da bibliografia riquíssima de Pedro Vitorino.

São esses os meus votos.

A cauda humana (*)

Ó, de Viseu,
larga o rabo,
que não é teu!...

¿Pode o Homem ter cauda? — pergunta um anatómico célebre, em livro que generosamente dedicou (1) ao autor deste artigo.

Os antigos estavam, realmente, persuadidos de que havia povos em que todos os homens tinham rabo.

Le Double e Houssay respondem categoricamente que o homem pode ter cauda, que todos a temos efectivamente, durante a vida fetal e que essa cauda transitória pode, em casos anómalos, persistir durante a vida inteira.

O embrião de cinco semanas possui, com efeito, 38 vértebras em vez das 34 do adulto.

(*) «Jornal do Médico» — 1-XII-45.

(1) DUBREUIL-CHAMBARDEL — Les variations du corps humain. Paris, 1925.

São efémeras as vértebras caudais do embrião humano, que depois se fundem, para darem origem ao cóccis.

A persistência, no adulto, das oito primitivas peças coccígeas, continua Dubreuil-Chambardel, explica a presença de uma possível cauda rudimentar no Homem.

Tal apêndice pode apresentar formas diversas: pode ter, ou não, esqueleto. Quando tem, é constituído pelas vértebras embrionárias persistentes ou pelas vértebras coccígeas definitivas hipertrofiadas.

Outras vezes, a cauda humana é invertebrada, constituída apenas de partes moles; dá-se-lhe então o nome de *cauda de porco*, designação imprópria, porque a cauda dos suínos, apesar de muito delgada, possui esqueleto.

Em 20 de Fevereiro de 1926, o colega Alvarim Ferreira da Silva mandou-me, para que a observasse, uma criança do sexo feminino, que tinha nascido, dois dias antes, em Rio Tinto. Com grande dificuldade, por opposição tenaz da família (1), consegui examinar sumariamente essa criança, que possuía uma longa cauda desprovida de esqueleto, a qual media 51^{mm} de comprimento

(1) J. A. PIRES DE LIMA — Vícios de conformação do sistema uro-genital. Porto, 1930.

e 10^{mm} de circunferência na base de implantação. Por diligência do malogrado colega e amigo Pedro Vitorino, que, por tal motivo, foi valentemente injuriado, consegui duas fotografias do exemplar.

A observação do estranho caso foi o assunto de uma comunicação que fiz, pessoalmente, à Sociedade de Antropologia de Paris (1). À sessão a que apresentei esse trabalho presidiu Anthony, que me dirigiu amáveis palavras de saudação.

Durante a gestação da criança caudada, sua mãe tivera uma pneumonia.

Na região coccígea, esta criança apresentava uma depressão, donde emanava um pincel de pêlos. Certamente tratava-se da fosseta paracoccígea, de que fala Dubreuil-Chambardel (2).

O mesmo significado teriam os tumores congénitos perigeais de que me ocupei em 1918 (3).

(1) J. A. PIRES DE LIMA — «Queue de cochon» chez une enfant. — *Société d'Anthropologie de Paris* — Séance du 7 avril 1927. (*Bulletins et Mémoires*, 1927).

(2) DUBREUIL-CHAMBARDEL. — *Loc. cit.*

(3) J. A. PIRES DE LIMA — Tumeurs congénitales du plancher pelvien (*Bulletin de la Soc. Portug. des Sciences Naturelles* VIII — Lisbonne, 1918).

CAMILO DE OLIVEIRA (O concelho de Gondomar, Vol. IV — pág. 270-273—Porto, 1938) publicou o resumo desta observação, informando que a cauda fora amputada sem incidentes. Informou ainda que houve, há tempo, em Águeda, uma mulher de cauda, conhecida pela alcunha de *Tanoca*.

O povo português, que detestou sempre a raça judaica, atribuía aos indivíduos dessa raça a presença de cauda. Daí deriva o dito que serve de epígrafe a esta nota:

«Ó, de Viseu,
larga o rabo,
que não é teu !...» (*)

Parece que, realmente, em Viseu habitavam, outrora, muitos indivíduos de raça israelita... Tratava-se de uma crendice, que não tinha qualquer justificação, pois nunca vi descrita a cauda de qualquer judeu português.

Anterior à observação que apresentei à Sociedade de Antropologia de Paris, só conheço o caso português registado por Marques dos Santos e Alberto Pessoa (1).

Após a publicação do meu caso, comunicou-me o Professor Melo Breyner (2) a seguinte observação inédita (19-V-28): «A história da me-

(*) Segundo Tomás Pires (Origem de várias locuções... Elvas, 1928) o povo supunha que os Judeus tinham rabo, por se chamarem *rabinos* os seus mestres.

(1) MARQUES DOS SANTOS e ALBERTO PESSOA — Catálogo do Museu de Anatomia Patológica da Universidade de Coimbra. 1915.

(2) J. A. PIRES DE LIMA — Vícios de conformação... *cit.*

nina com rabo de porco interessou-me porque já vi um caso parecido num amigo meu... Um dia o meu *Amicus caudatus* procurou-me; mostrei-o ao então meu professor Sabino Coelho, que, dias depois, com meu auxílio, lhe desarticulava o pequenino rabo. Passava-se isto no meu quarto ano, ou fosse em 1891. »

No meu citado livro, publiquei também a fotografia pertencente ao abade de Carviçais Rev. José Augusto Tavares, a qual representava uma criança indiana com cauda longa, que lhe foi amputada por um médico de Meliapor. O Rev. Abade Tavares conhecia em Carviçais um rapaz de 22 anos, que também possuía um apêndice caudal desprovido de esqueleto, com 3 centímetros de comprimento e 2 cm. de diâmetro.

Era sindáctilo de uma das mãos e não consentiu que o fotografassem.

A meu ver, tinha razão o rabilongo de Moncorvo, em não se querer dar a conhecer. A propriedade de um rabo aproxima-nos dos brutos e traz seus inconvenientes; pois é sabido que :

«Quem tem rabo não se assenta» ...

Para terminar, registarei nesta nota as informações que, sobre um caso inédito de cauda

humana, teve a gentileza de me oferecer, a 21 de Abril de 1940, o prezado Colega Dr. Martins Zúquete: «Trata-se dum rudimento de cauda, numa criança de 13 meses (M. L. F.)» . . .

É do sexo feminino, nasceu de termo, de uma primigesta. Dentição e desenvolvimento físico e mental próprios da idade. Começou a andar aos 11 meses. Na região lombar, tem um extenso nevo vascular, que se estende a todo o apêndice caudal e vai, pelo períneo, até aos grandes lábios. Esse nevo, que era de côr de borra de vinho, com o tratamento tornou-se côr de rosa pálido.

A cauda é aderente, imóvel, e parece destituída de esqueleto.

Na sua extremidade distal, abaixo da qual fica o anus, a pele é rugosa.

Não há na família desta criança lembrança de anomalias congénitas desta espécie, ou de quaisquer outras.

É curioso notar que a família desta criança mostrava grande preocupação pela existência do nevo materno, mas parecia nunca ter dado pela presença do apêndice caudal, aliás tão visível. . .

Descoberta dos Raios X (*)

Por motivos alheios à minha vontade, não pude assistir às brilhantes comemorações do centenário de Röntgen e quinquentenário de sua admirável descoberta.

Para, de algum modo, colaborar nas comemorações portuenses, peço licença para lembrar um episódio, que foi, certamente, a primeira demonstração pública dos Raios X, feita aqui no Porto.

Não se imagina a impressão que fez a portentosa descoberta, que permitiu observar «como nós somos por dentro».

O povo do Norte aceitou-a com entusiasmo e passou a designar o radiologista pela expressão tão pitoresca de *Dr. Raixis*.

A primeira demonstração pública dos Raios X realizada no Porto foi uma conferência feita por

(*) «Jornal do Médico» — 1946.

Agostinho da Silva Vieira ⁽¹⁾, professor do Instituto Industrial e Comercial, no Laboratório de Química desse Instituto, no ano lectivo de 1895-1896.

Frequentava eu, então, o 1.º ano de preparatórios médicos na Academia politécnica, estabelecimento de ensino superior donde derivaram as Faculdades de Ciências e de Engenharia. A Academia estava instalada, assim como o Instituto Industrial e Comercial, no edifício da actual Universidade e alguns dos professores eram comuns aos dois estabelecimentos.

As obras do grande edifício estiveram paradas durante mais de cinquenta anos e, quando frequentei a Academia, só estava completa a fachada que dá para o Anjo, na rua que hoje tem o nome de Ferreira da Silva. No vasto e incompleto edifício, também estava encravado o colégio dos Órfãos e sua igreja, bem como diversos estabelecimentos comerciais, entre eles a Cervejaria Damas e o Café do Chaves, muito frequentados por estudantes.

Nesse tempo, à saída das aulas, aparecia sempre um velhote com um baú de folha cheio de

(1) Sobre a biografia deste professor, veja-se: *Américo Pires de Lima - A Botânica no Porto - Coimbra, 1942.*

pastéis de Coimbra tão bôz, que custavam um vintém cada um...

No verão, os estudantes iam refrescar, por trinta réis, as guelas ressequidas à Merceria Damas, ingerindo um *copo de cerveja gelada sem levar gelo...*

Foi nesses tempos quase pré-históricos que ouvi, no Laboratório de Química do Instituto Industrial e Comercial do Porto, a bela conferência do Prof. Agostinho da Silva Vieira, àcerca da descoberta retumbante de Röntgen.

Assistiram à lição dezenas de rapazes. Quantos deles sobreviverão, lembrando-se ainda, como eu, da misteriosa luz azulada dos tubos de Crooks?

Naquele tempo, havia certa convivência entre os alunos das diversas escolas do Porto.

Um traiçoeiro decreto obrigou muitos alunos de medicina e de preparatórios médicos a fazer exame de alemão apressadamente. Muitos rapazes, entre os quais eu, frequentamos, para isso, as aulas de alemão do Instituto, regidas pelo distinto filólogo Padre João Manuel Correia. E tive o prazer de ouvir também algumas belas prelecções de outros professores do Instituto, como Paulo Marcelino, Xavier Esteves, Magalhães Lemos.

Mas a que me impressionou mais foi a de Agostinho da Silva Vieira, sobre Raios X. Agos-

tinho da Silva Vieira era um químico distinto e dedicou-se às análises dos géneros alimentícios, sobre as quais publicou um livro que teve grande voga.

O Prof. Agostinho Vieira teve um filho que se formou em medicina e se dedicou às análises clínicas.

Chamava-se João Alberto de Sousa Vieira e formou-se no Porto em 1908. A sua dissertação inaugural (n.º 1.321 da série das teses do Porto) intitulava-se: *Neurasténicos e Melancólicos (Estados depressivos)* (1).

Parece-me que merece bem ser lembrado o episódio da conferência de Agostinho da Silva Vieira, que teve certo relevo na história científica do Porto de há meio século.

(1) *J. A. Pires de Lima* — Catálogo das dissertações inaugurais apresentadas na Escola Médica do Porto desde a sua fundação (Anuário da Escola Médico-Cirúrgica do Porto — Ano lectivo de 1907-1908).

Væ Victis! (*)

Nas lutas seculares que precederam o domínio dos Romanos, alguém soltou o brado: *Ai dos vencidos!* — para significar que o triunfador tinha os inimigos inteiramente à sua mercê.

Assim sucedia na Antiguidade, antes da vinda de Cristo. Adoptado o Evangelho por bárbaros e romanos, a ferocidade das guerras antigas atenuou-se e passou a haver certa elegância no tratamento dos vencidos.

Nunca me esqueceu a impressão que senti ao contemplar, no Museu do Prado, o célebre *Quadro das lanças* de Velázquez, que representa a rendição de Breda; vê-se no quadro o chefe vencido a entregar ao general espanhol as chaves da cidade conquistada. Enquanto por todos os cantos da cidade lavram incêndios, os exércitos inimigos,

(*) «Acção Médica» 40, 1946.

frente a frente, rodeiam os comandantes que procedem ao acto da rendição.

Com que delicadeza o general espanhol, perdendo toda a arrogância castelhana, com que doçura o vencedor aceita a submissão de seu adversário!

Mas isso passou-se em principios do século XVII e, nestes últimos trezentos anos, tudo se modificou, voltando a humanidade a um estado de feroz selvageria como talvez nunca se vira.

Depois da atroz carnificina da última guerra, ficaram as populações divididas em dois grupos: vencidos e vencedores.

Os primeiros passaram a ser considerados criminosos e os segundos tornaram-se juizes.

A pena quase se recusa a escrever neste sentido a augusta palavra *juiz*.

Que diferença entre os julgadores de agora e o *Justo Juiz* de que fala El-Rei Dom Duarte no «Leal Conselheiro», onde se traduz em *nossa lynchagem* a bela oração latina que assim começa:

«Justo juyz Jesu Cristo,
Rey dos Rex e boo senhor,
que coo padre reynas sempre,
hu he dambos huũ amor,
prazate de me ouvyr,
pois me sento peccador...»

Mas não confundamos a justiça do Rei dos Reis com a dos truculentos julgadores dos criminosos de guerra, que pagarão bem caro a fraqueza de terem sido vencidos.

Não é só nos tribunais de guerra que se fazem agora julgamentos, pois até nas mais nobres corporações científicas se praticam tremendas perseguições.

Segundo vejo no *Boletim da Sociedade de Antropologia de Paris* (último publicado, referente a 1944), em Assembleia Geral de 15 de Dezembro daquele ano, um dos membros mais notáveis daquela Sociedade foi excluído por unanimidade por *indignidade nacional*. Depois, li a noticia da sua morte...

Tenho conhecimento de outras condenações de cientistas de grande mérito por simples delito de liberdade de pensamento.

Li há pouco numa revista científica que foi morto à paulada numa prisão de Praga o distinto Professor Tuma, com quem tantas vezes me encontrei nas reuniões da *Association des Anatomistes*...

Vou contar agora um episódio ocorrido em Lisboa em Setembro de 1935, por ocasião de um dos mais célebres acontecimentos científicos a que temos assistido — o XII Congresso Internacional de Zoologia.

Na véspera da abertura do Congresso, como é de costume nessas reuniões, juntámo-nos à noite num hotel. Defronte de mim estava um jovem congressista que, depois de verificar atentamente o meu número apenso à insígnia presa à lapela do casaco, consultou o programa do Congresso e veio junto de mim verificar a minha identidade.

Informando-se de que eu me dedicava à teratologia, disse-me que se ocupava dos mesmos assuntos e ficamos desde então nas melhores relações, permutando os nossos trabalhos.

Mais tarde, tal biologista, o Dr. Ströer, de Groningue, concorreu a uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller e, para documentar a seu requerimento, pediu-me um atestado àcerca do valor científico dos seus trabalhos.

Com essa bolsa partiu para a América, onde trabalhou durante algum tempo no Laboratório Zoológico de Osborn, em New Haven.

Em fins de 1940 voltou para a Holanda, continuando a trabalhar no Laboratório de Anatomia da Universidade de Groningue.

Mantendo sempre com ele as melhores relações de camaradagem científica, mandei-lhe há pouco os meus últimos trabalhos, obtendo uma resposta de tal maneira insólita, que deveras me perturbou.

Respondeu-me o velho director daquele Laboratório, pessoa de alta categoria científica, e disse-me o seguinte:

« Recebi os trabalhos que fez o favor de mandar ao Dr. Ströer, antigo prosector deste Instituto. Devo informá-lo que Ströer, por ser nazi e colaboracionista, está na prisão e nunca mais voltará. Os seus trabalhos foram depositados na biblioteca do meu Instituto e espero que ficará satisfeito com isto.

I hope you will agree to this (1).

Assim se inutilisa um cientista cheio de merecimento (1).

Eis as normas deontológicas do meado do século XX.

Estava habituado à excelsa grandeza do *Jus-jurandum* de Hipócrates e confesso que me sinto deslocado quando vejo resvalar a classe a que pertença desde essa moral sublime até ao... caso Petiot.

(1) Segundo noticiaram mais tarde as *Acta Anatomica*, Ströer suicidou-se.

A hidroterapia no Porto (*)

*Ao venerando Colega
Dr. Ferreira de Castro*

Estando prestes a atingir o chamado limite de idade da minha carreira, apraz-me recordar o que era o ensino médico e a clínica do Porto, há cerca de cinquenta anos, quando fui estudante e iniciei a profissão médica.

Pode dizer-se que, ao findar o século XIX e ao começar este, havia no Porto duas escolas de medicina, ambas eficientes, conquanto rivais: a Escola Médico-cirúrgica e o Hospital da Misericórdia. Na Escola pontificavam Moraes Caldas, urologista e clínico geral de grande fama, a quem vi praticar, com inextinguível perícia, a litotricia, o grande ginecologista Azevedo Maia, o erudito

(*) «Jornal do Médico» — 10-VIII-45.

Roberto Frias, o nosso maior historiógrafo médico Maximiano Lemos.

No Hospital sobressaíam o tubercologista Tito Fontes, os grandes cirurgiões Sousa Oliveira e Franchini, o notável parteiro Maia Mendes. Chamei escola de medicina ao Hospital, porque todos estes mereciam o título de professores.

Apesar da rivalidade que reinava entre os dois estabelecimentos, havia profissionais comuns a ambos, como Caldas, e, mais tarde, o dermatologista Luís Viegas e o pediatra Dias de Almeida.

Quanto à medicina científica, devo citar o alto papel desempenhado no Porto por dois grandes mestres, após as suas viagens de estudo: António de Azevedo Maia, que introduziu no Porto a cirurgia abdominal, e Ricardo Jorge, a quem se deve, bem como a Plácido da Costa, o balbuciar portuense da microscopia.

A Ricardo Jorge, antes de ser o nosso higienista máximo, também devemos, com Magalhães Lemos e Júlio de Matos, a brilhante posição da neurologia portuense e portuguesa daquele tempo.

Também a fisioterapia moderna em Portugal foi iniciada pelo sábio Ricardo Jorge (Caldas do Gerez, hidroterapia).

Não podendo consultar documentos, recor-

rerei à memória, para recordar como no Porto se desenvolveu uma fase brilhante da fisioterapia.

Depois de terminar o curso, Ricardo Jorge fez uma longa viagem de estudo, durante a qual, entre os seus mestres, se contava Charcot.

Regressando ao Porto, fundou, com o Professor Augusto Brandão, nos baixos do Grande Hotel do Porto, o Instituto Hidroterápico e Electroterápico, que teve grande voga.

Mais tarde foi transferido o Instituto de Hidroterapia para a Rua de Sá da Bandeira.

Por ocasião da peste, escorraçado da sua terra natal o grande médico, continuou a dirigir o Instituto Hidroterápico o Professor Brandão, que associou aos trabalhos clínicos o seu cunhado Dr. J. Vicente de Araújo.

Terminando o meu curso médico em 1903, pouco depois tive a honra de ser convidado pelo Dr. Brandão, para seu auxiliar.

Passados poucos anos, foi dirigir a secção de senhoras do mesmo Instituto a jovem clínica D. Leonor Amélia da Silva, que tão brilhante carreira havia de ter como higienista e especialista de ginecologia.

A hidroterapia teve então no Porto muita fama, e o Instituto Hidroterápico enchia-se, todas as manhãs e todas as tardes, de numerosíssimos

doentes, que ali procuravam alívio para os mais diversos achaques.

As duches eram aplicadas pelos próprios médicos, segundo regra estabelecida pelos fundadores do método.

Essas aplicações eram ministradas, com delicadíssimos cuidados, conforme o estado do doente.

Marcava-se com a maior precisão a incidência do jacto, a temperatura da água, a força do jacto, etc. Pode dizer-se que a aplicação era especial para cada caso.

Durante anos seguidos, lembro-me de ter aplicado duches frias, de Verão e de Inverno, a pessoas convencidas que deviam ao tratamento a sua robustez física.

Lembro-me do falecido capitalista João Mendes de Araújo e do médico militar Dr. Joaquim Pinto Valente, que eram dos mais assíduos.

Com que delicadeza os Drs. Brandão, José Vicente, D. Leonor e eu regulávamos a temperatura, a força do jacto e a sua localização em cada doente!

Para redigir estas notas de memória, vou contar um episódio humorístico passado na minha clínica hidroterápica.

As duches tinham fama de curar a impotência sexual.

Um dia consultei sobre isso o notável cirurgião Sousa Oliveira, de quem, durante dois anos, fora aluno interno, e ele respondeu-me, um pouco irònicamente, que se eu fosse capaz de curar a impotência, ficaria milionário em pouco tempo. . .

Um belo dia apareceu-me no consultório um rapazão de aspecto robusto, mas dominado por amarga tristeza. Apesar da sua aparência hercúlea, encontrava-se impotente e, nessa pobre situação, não achava qualquer vantagem nos grossos proventos da sua profissão de funcionário superior de um banco. E apresentava-me a sua companheira, cujos encantos não eram para desprezar. . .

Não lhe prometi curá-lo, mas receitei-lhe a aplicação de trinta duches frias.

E lá lhas fui dando, seguindo a técnica de Beni-Barde: aspersão geral fria, rápida, jacto frio na região lombar, seguindo de jacto quente nos pés.

Os resultados não se fizeram esperar; pois, muito antes de terminar a série de duches, apareceu-me radiante o pobre neurasténico, clamando, em linguagem um tanto obscena: « Estou curado: Até já apanhei uma blenorragia. . . »

E mostrava, ufano, o meato urinário a es-correr pus!

Como este, quantos casos poderia citar da minha curta carreira de clínico!

Havia, naqueles tempos, uma intensa vida médica na cidade do Porto, vida médica traduzida pela actividade das sociedades científicas e revistas médicas, vida intensa que foi perturbada gravemente pelas dissidências entre os partidários de Ricardo Jorge e de Azevedo Maia, numa luta de gigantes, que tantos prejuízos morais causou.

À *Sociedade União Médica*, dissolvida por causa dessa questão, sucedeu a *Sociedade de Medicina e Cirurgia*, da qual fui secretário.

Foi seu órgão a III série da «Gazeta Médica do Porto». A ela sucederam o «Porto Médico» e a «Gazeta dos Hospitais do Porto», das quais fui também secretário da redacção.

Alheia a questões, sobreviveu sempre a «Medicina Moderna», dos austeros clínicos Oliveira Castro e Ferreira de Castro, assim como as «Novidades Médicas e Farmaceuticas», do Dr. Júlio Cardoso.

Poderia perguntar-se como desapareceu o Instituto Hidroterápico, de tanta projecção na clínica portuense de há meio século.

A hidroterapia teve, realmente, uma grande voga, mas desapareceu com a moda.

Além do Instituto Hidroterápico, também o notável dermatologista Vieira Filho fundou estabelecimento análogo junto do seu consultório.

Mas depois, por malévola concorrência, abriu também um balneário no Hospital da Misericórdia, com serviço público mais barato.

O Instituto Hidroterápico, não podendo lutar com a desleal concorrência, declinou prontamente e foi-se transformando numa tertúlia, onde compareciam diariamente José Caldas, Eduardo Pimenta, António Patrício, Sousa Júnior, João Novais, Mgr. Artur Brandão, João de Freitas, Júlio Portela, Manuel Lemos, e tanto outros.

E assim acabou uma instituição médica portuense, de tão grande voga há meio século, e de que já hoje ninguém se lembra.

O filósofo Keyserling no Porto (*)

Os jornais portugueses noticiaram, muito de fugida, a morte de Hermano de Keyserling, um dos mais notáveis pensadores da actualidade. Nem sequer disseram, creio eu, que o grande filósofo passou pelo nosso país, sob os auspícios da antiga Junta de Educação Nacional.

O intuito desta breve nota é apresentar um documento colhido aqui no Porto, por ocasião da sua estada em Portugal em 1930 (1). O Conde Hermano de Keyserling, impressionado com as consequências da Grande Guerra, teve presunções a profeta e assustou o Mundo com as suas previsões (*Le monde qui nait*). Conquanto não acreditemos

(*) «O Tripeiro» — Outubro de 1946.

(1) A 8 de Maio de 1946 tive o gosto de ler no «Comércio do Porto» o belo artigo que, sobre o assunto, escreveu o Prof. Aarão de Lacerda. Li mais tarde outros artigos do mesmo autor e do Dr. Júlio Dantas.

muito em profecias, devemos, contudo, tomar conhecimento do modo de pensar dos homens superiores.

Keyserling profetizou o desaparecimento completo do cristianismo, a queda dos grandes ideais do século XIX: democracia, liberdade, igualdade...

Previu a decadência da ideia de pátria e a substituição da independência completa das nações e dos estados por uma concepção universalista da humanidade, a que chamou estado ecuménico.

Profetizou que, na Europa, haveria de vigorar um regime de castas, como na Índia.

No futuro não serão os mais inteligentes nem os mais cultos a mandar: por uma espécie de fatalismo, o Mundo será governado por classes que o destino fará sobressair: os industriais, que absorverão a fortuna de todos; os *chauffeurs*, que representarão o espírito mecanista da actualidade; os jornalistas, que se substituirão aos grandes escritores, que ninguém quer ter a maçada de ler... Na Idade-Média sobressaíram os cavaleiros andantes; depois, ficaram a mandar os padres; extinta a religião, serão os técnicos a dominar, os técnicos, cujo tipo actual é o *chauffeur*... A aristocracia nova não se baseará na força nem no talento. O bolchevismo é uma aristocracia dominada por homens que não têm nada de superiores.

Representam a mentalidade russa, assim como os industriais representarão a riqueza da América e da Europa Ocidental. A fatalidade, e não méritos especiais, fará erguer as novas castas.

Tais são, em resumo, as profecias do famoso Conde Hermano de Keyserling, há pouco falecido.

Esperemos que tais previsões se não realizem. Mas, ainda assim, devemos conhecê-las e confrontá-las com certos acontecimentos actuais e futuros.

Narremos agora, sumàriamente, a sua viagem a Portugal.

Tendo estado no Brasil, a convite da Academia Brasileira de Letras, ficou tão encantado com aquele país, que desejou também conhecer a *nação que lhe deu o ser*. Dirigiu-se para isso a Alberto de Oliveira, então nosso ministro em Roma, e logo se combinou a visita de Keyserling a Portugal, sob os auspícios da Junta de Educação Nacional.

Chegou o célebre filósofo a Lisboa a 15 de Abril de 1930 e, nesse mesmo dia, foi recebido na Academia das Ciências, onde lhe fez o elogio o Professor Joaquim de Carvalho.

Proferiu três conferências em Lisboa, a última das quais, a 21 de Abril, na Sociedade de Geografia. Presidiu a esta o Professor Gustavo Cordeiro Ramos, então Ministro da Instrução, que pro-

nunciou algumas frases prudentes, em meio do elogio. «Podemos discordar das doutrinas do sr. Conde de Keyserling, mas convém não as ignorar», disse o Professor Cordeiro Ramos, que se mostrou «profundamente convicto de que será a civilização cristã que há-de prevalecer» (*Junta de Educação Nacional — Relatório dos trabalhos efectuados em 1929-1930*).

Foi a 19 de Abril que o grande filósofo proferiu a sua conferência na Universidade do Porto, sendo apresentado por Leonardo Coimbra. Presidiu o reitor da Universidade, Professor Sousa Pinto, secretariando, além das autoridades, o Professor Mendes Correia.

Eu desempenhava então o lugar de presidente da Delegação no Porto da Junta de Educação Nacional, mas, por motivo de doença, não pude comparecer.

Keyserling, durante a sua curta passagem pelo nosso país, travou relações com algumas das pessoas mais categorizadas, mas diz-se que, nesta cidade, *contraiu também relações, talvez demasiadamente íntimas, com um nosso espirituoso conterrâneo, que passa por ser do Porto, apesar de ter nascido no Alto Douro...* Parece que não foram muito lisonjeiras, para nós, as ideias que daqui levou a respeito de Portugal.

Como quer que seja, elas não concordam com o que exprimiu num autógrafo que então entregou (20-IV-930) a um estudante de medicina do Porto (hoje o médico Fernando de Castro Pires de Lima).

Na reprodução do curioso documento lê-se que a alma portuguesa é das mais complicadas do Mundo. É explosiva, devido ao nosso romantismo e à nossa tenacidade comprimida.

Keyserling, ao traçar estas linhas, tinha presente, com certeza, a série de revoltas que estalaram em Portugal desde 1910 a 1926...

A Praia da Nazaré (*)

Quem tiver a fortuna de divagar pelo litoral norte da Estremadura, terá ocasião de visitar algumas das praias mais pitorescas de Portugal: a Foz do Arelho, com a formosíssima Lagoa de Óbidos, a Concha de S. Martinho e, sobretudo, a praia da Nazaré. Fica extasiado quem, pela primeira vez, encara a Nazaré, pequena enseada muito azul, coalhada de barcos, à qual se segue uma pequena praia de finíssima areia, que invade a povoação da Nazaré. Por cima dela, a cem metros de altura, como se fosse o primeiro andar da mesma povoação, destaca-se um vastíssimo rochedo plano, ao lado do qual fica o Sítio, povoação onde se ergue a sumptuosa igreja que, nas suas várias reconstruções, foi visitada pelos reis D. Afonso Henriques,

(*) «Jornal do Pescador» — Natal de 1946.

D. Fernando I, D. João II, pela rainha D. Leonor e por Vasco da Gama.

Vejamos a lenda do Promontório do Sítio e da sua igreja. Como é sabido, no século VIII da nossa era (711), os mouros, atravessando o estreito de Gibraltar, destruíram a monarquia visigótica, que vigorou na Espanha durante mais de três séculos.

Na batalha de Guadalete foi derrotado Rodrigo, o último rei godo, que ali parece ter encontrado a morte. Tal como aconteceu mais tarde a D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, também o povo não aceitou a ideia da morte do rei Rodrigo e criou a lenda de que ele, depois da batalha de Guadalete, vagueou pela Península, transportando uma imagem de Nossa Senhora, que fora pintada por S. Lucas. O rei Rodrigo, acompanhado por um monge, e trazendo muitas relíquias, bem como aquela sagrada imagem, vieram ter ao Sítio, onde mais tarde se edificou a igreja de Nossa Senhora da Nazaré, onde ainda se mostra a imagem pintada por S. Lucas. O último rei dos godos iria morrer a Viseu em 716. Em 1182, dois anos depois da batalha naval em que venceu a frota sarracena, D. Fuas Roupinho, saindo à caça, junto à costa do mar, para a parte onde hoje se vê situada a vila de Pederneira, se lhe representou

diante um veado de disforme grandeza, que o successo mostrou que era o demónio; arremessou logo o cavallo em seu alcance, e o foi seguindo à rédea solta; era o dia de névoa e não se deixava ver bem o caminho; eis que se acha de repente na última ponta de um rochedo de altura tão espantosa, que se despenha até ao mar por espaço de duzentas braças: estava já o cavallo com as mãos no ar, dando princípio à fatal ruína; neste transe (que até considerado causa horror), invocou D. Fuas o auxilio da Mãe de Deus e, com assombrosa maravilha, ficou o cavallo suspenso e detido um breve instante e, dando volta, por impulso superior, se furtou ao precipício. Venerava-se ali, em pobre ermida, uma imagem de Nossa Senhora com o título da Nazaré, que el-rei D. Rodrigo, na perdição de Espanha, acompanhado de um santo monge, chamado Romano, trouxera para aquela solidão. O devoto e agradecido cavaleiro lhe mandou logo edificar mais nobre casa, que depois, correndo os tempos, veio a ser um dos mais insígnies santuários da Cristandade-.

Eis a formosa lenda, tal como a encontro em obra do século XVIII. Que haverá de verdade na poética narrativa? Sejam estes factos reais ou lendários, o que é verdade é que tiveram decidida influência nos destinos desta região. Quantas

vezes se torna impossível provar a autenticidade de certos factos e, contudo, que influência eles não têm na história?!

D. Afonso Henriques esqueceu-se de encomendar uma fita cinematográfica para comprovar o milagre de Ourique. Contudo, lá diz Camões, do alto da sua epopeia :

«Quando na Cruz o Filho de Maria
Amostrando-se a Afonso, o animava.»

E, apesar da exigência dos historiadores modernos, apesar das calamidades que Portugal tem passado—absorção estrangeira, heresia pombalina, invasões francesas, lutas liberais e suas derivadas do actual século, apesar de tantas calamidades, subsistiu sempre, na nossa heráldica, a bandeira das cinco chagas.

Nossa Senhora da Nazaré continua a ser venerada com o mesmo amor e respeito pelos nossos humildes e honrados pescadores, que lá vão para o alto mar nos seus minúsculos barquinhos, filhos das caravelas do Gama e de Cabral.

Minhas irmãs as árvores... (*)

Era assim que S. Francisco de Assis tratava os maiores representantes do reino vegetal, criaturas de Deus como nós.

No tempo do seráfico Patriarca, as árvores cresciam nas florestas em plena liberdade. Não haveria, então *podões* como hoje, que mutilam sem pudor os mais belos espécimes. Não havia o *Homo faber* do século XX com a sua fúria destruidora.

Desde criança me habituei a admirar e a respeitar as árvores e lembro-me de, na minha mocidade, andar longas caminhadas para visitar um belo exemplar de Pinheiro manso, de Carvalho, ou de Sobreiro. Veio a velhice, com a respectiva decadência fisiológica. Fui limitando, pouco a pouco, o raio das minhas excursões. Mas ainda pude

(*) «Mensário das Casas do Povo» — 9 de Março, 1947.

ver, infelizmente, a total destruição dos pinheirais do Monte de S. Miguel-o-Anjo, ainda pude ver o local onde se erguia, há dois anos, uma carvalheira secular, cuja história eu conhecia, e que foi sacrificada com o pretexto da passagem de um caminho consertado.

Na realidade, o proprietário trocou aquele monumento vegetal por alguns contos de reis.

Aqui, o panorama que desfruto encurtou-se quase até ao mínimo, pois quase não posso sair de casa.

As árvores que a cercam constituem o ambiente que alegra a minha velhice. Do terraço vejo, à porta do caminho, duas frondosas tílias, que muito me tem custado a defender do podão dos rústicos.

Agora, em começo do Outono, vejo, melancòlicamente cair, uma a uma, as suas folhas amarelcidas, e, enquanto elas caem, sobem, pela frondosa copa, borboletas brancas aos pares, voitando caprichosamente. Por baixo das árvores, vejo, mais longe, o gado a pastar pachorrentamente, no campo do Paço, no fundo do qual ainda se vê o resto do milho, já maduro, prestes a ser cortado pelas fouchinhas dos jornaleiros. Das janelas do meu quarto, contemplo três formosos castanheiros, debaixo dos quais, há trinta anos, iam

meus filhos às castanhas, que hoje são procuradas, com a mesma ânsia, por meus netos.

Ao lado dos castanheiros, lá está um esguio carvalhinho que eu semeei, e que é proveniente de uma lande que eu colhi há anos debaixo da carvalheira do Snr. Correia, tão brutalmente sacrificada há meses.

Olhando pela janela do meu quarto voltada para poente, lá está a ramalhuda oliveira, carregada de vides, árvore a cuja sombra me abrigava há quarenta anos, quando, em tardes calmosas de verão, vinha ver a minha noiva. . .

Perto dela, à porta do Snr. Andrade, está outra uveira, um belo carvalho, cujas vides que o entrelaçam podem render um bom cesto de uvas.

Essas duas uveiras pertencem áquele velho professor aposentado, que, depois de ensinar a ler, carinhosamente, centenas de crianças, cuida hoje com o mesmo esmero, da sua linda propriedade.

Quando me sento na sala de jantar, gosto de ficar em frente de uma janela, para ver, extasiado, uma grande noqueira de braços esguios a dominar o espaço, fruteira preciosa, que, nos bons anos, dá cestos de nozes para a minha dieta de velho diabético. Só me falta, no restrito horizonte, uma figueira que secou, e que servia de cortina às janelas da fachada poente da casa da Charneca.

Que saudades eu tenho dessa figueira!

Nos seus ramos vinha poisar um pintassilgo, quase doméstico, o qual, com os seus gorgeios, se associava à deliciosa composição de Liszt «S. Francisco de Assis falando aos passarinhos», lenda musical que minha querida Filha tantas vezes tocava no piano da Charneca, piano que emudeceu com ela há seis anos.

S. Simão de Novais, 11-X-46.

Congresso Luso-Brasileiro de Etnografia (*)

Não há nada mais oportuno nem tão necessário como a reunião conjunta dos cientistas portugueses e brasileiros que se dedicam à etnografia.

É preciso mostrar ao mundo, nesta hora trágica, o significado da grei lusitana e da sua expansão.

O Império português precedeu todos os impérios coloniais da Idade Moderna, e teve, pela sua origem quase divina, uma extensão e uma profundidade, no espaço e no tempo, que o distingue de todos os outros.

Muitas nações da Europa, depois da Renascença, se expandiram pelo mundo, mas nós fomos os primeiros, e nenhuma outra nação colonizadora teve um Infante D. Henrique ou um Camões.

(*) Entrevista — «Diário da Manhã» — 7-III-47.

Apesar da sua idade avançada, o jornalista foi encontrar o Professor J. A. Pires de Lima, no seu gabinete de trabalho, embebido em atraente leitura.

Desfechando-lhe as habituais perguntas do inquérito, o velho Professor afastou a revista que estava lendo, meditou um pouco, pegou na pena e traçou, com o seu próprio punho, estas breves palavras, que devem ser consideradas numa síntese luminosa do problema do projectado Congresso Luso-Brasileiro de Etnografia:

.....

Prosseguindo no seu inquérito acerca das possibilidades e da importância dum congresso Luso-Brasileiro de Etnografia, o jornalista bateu agora à porta do Professor J. A. Pires de Lima, director do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, o qual publicou há pouco uma curiosa obra intitulada «O corpo humano no adagiário português».

Antes da edição deste livro, o Professor J. A. Pires de Lima já tinha publicado outras obras de etnografia, de colaboração com seu filho dr. Fernando de Castro Pires de Lima, delegado no Porto da Comissão organizadora do referido Congresso.

Entre essas obras, citaremos: «Tradições populares de Entre-Douro-e-Minho», «Contribuição para o estudo do Romanceiro Minhoto» e «Nossa Senhora em Portugal».

Estava, pois, indicado o nome do director e fundador do Instituto de Anatomia do Porto, tanto mais que ele é conhecido pelos especialistas de todo o mundo, pois tem espalhado os seus trabalhos de morfologia em revistas portuguesas, francesas, inglesas, espanholas, italianas, alemãs, norte-americanas e brasileiras.

Quando demos o primeiro abraço a Iracema, diz aquele professor, logo foram o corpo e a alma de Portugal transportados para os países americanos: a língua, a doce religião de Jesus, os costumes e as tradições aqui geradas durante séculos, após Afonso Henriques.

Desde que o descobrimos, logo o Brasil também teve influência sobre nós.

Basta lembrar o célebre quadro seiscentista do Mestre de Viseu — «Adoração dos Reis Magos».

Pela primeira vez, apareceu no grupo um índio brasileiro, de penas a ornamentar a fronte bárbara...

Lá estava, desde a descoberta, o espírito religioso, que, séculos depois, erigiu o Cristo do Corcovado!

Bem-vinda seja a lembrança de pôr em contacto os portugueses, a mostrar aos irmãos brasileiros como se geraram e mantiveram as suas tradições, e os brasileiros a mostrar aos portugueses, seus irmãos mais velhos, como receberam, transformaram e mantiveram as tradições que deles receberam.

Aconteceu há 50 anos... (*)

Permita-me V.... que o felicite calorosamente pela feliz ideia de iniciar na excelente revista «O Tripeiro» a secção «Aconteceu há 50 anos...»

Ao mesmo tempo, agradeço o prazer espiritual que me causou a leitura do primeiro artigo da série, relativo a Fevereiro de 1897.

Muito apreciei a narrativa dos sucessos dessa época, de muitos dos quais fui testemunha.

Frequentava então a Academia Politécnica e assisti aos terríveis motins derivados das brincadeiras carnavalescas dos estudantes.

Não foi só a polícia, do comando do comissário Feijó, que interveio, mas também uma força da Guarda Municipal.

Quando esta caminhava em direcção aos estudantes, de baioneta calada, clamou um deles,

(*) «O Tripeiro» - Março, 1947.

o engraçado Raul Sampaio: — «Ninguém fuja!» Mas, ao aproximarem-se os bicos das baionetas, foi o primeiro a fugir.

Depois, foi uma debandada geral, e ainda me lembro de passar por cima de muitos companheiros estendidos no átrio da Academia. . .

Ao chegar ao primeiro andar, os estudantes arremessaram sobre a Polícia e a Guarda Municipal bancos e mesas do gabinete de desenho, e a autoridade respondeu à pranchada e a tiro.

Refugiei-me no ponto mais afastado do primeiro andar, onde também estava o director da Academia, o insigne matemático Gomes Teixeira, e assisti a uma cena repugnante: um estudante de engenharia, empurrando-o violentamente, exclamava: — «Então isto é que é um director?»

Na fuga precipitada, perdi o meu compêndio de química orgânica, o qual me foi, depois, restituído pelo Snr. António, honradíssimo porteiro da Academia.

À saída, os rapazes, aproximaram-se do Raul Sampaio, chamando-lhe covarde. E o engraçado rapaz logo replicou: — «Eu não fui covarde; fui enèrgicamente prudente!»

Os professores republicanos, Duarte Leite, Azevedo Albuquerque e Amândio Gonçalves puse-

ram-se ao lado dos estudantes, aproveitando a situação para fins revolucionários.

Rectifico o nome do último, que, no «Tripeiro», saiu erradamente Amândio Tavares. Este é o nome do actual reitor da Universidade, que talvez ainda não tivesse nascido quando se deram estes acontecimentos. . .

Também rectifico o nome do cirurgião que acudiu aos feridos, e que devia ser o Dr. Sousa Oliveira e não o professor Sousa Pereira, que já tem hoje um nome brilhante, apesar de ser muito novo.

É o mesmo ilustre cirurgião Sousa Oliveira a quem se refere o mesmo artigo, a propósito de um caso que devia ser um quisto dermoide do ovário.

Pena foi que não o tivesse operado mais tarde, quando comecei a dedicar-me à teratologia, pois muito me interessaria o estudo da peça.

Mais tarde fui aluno interno do Dr. Sousa Oliveira e, sobre ele, publiquei, há pouco, umas notas biográficas (J. A. Pires de Lima—«Ao correr do tempo» — Porto, 1947).

Efemérides (*)

Gosto muito de ler a secção do «Tripeiro» intitulada «Aconteceu há cinquenta anos...», bem como os artigos de «O Comércio do Porto», denominados «Efemérides Portuguesas», que rememoram os acontecimentos passados nos últimos cem anos.

Ainda não tenho um século de existência, mas tenho muito mais de meio. Por isso, fui testemunha da maior parte dos sucessos recordados por aqueles periódicos portuenses, e gosto muito de confrontar o que eles dizem com o que a minha memória regista.

Agora, por exemplo, «O Comércio do Porto» fala, com nítida parcialidade, do «desastre» da vinda ao Porto do ditador João Franco e do «coro unânime» que reclamava a sua demissão. Pela

(*) «Diário Nacional» — 22-VI-47.

única vez na minha vida, pertenci a um partido político: fui franquista e assisti ao banquete que ofereceram ao grande estadista. Estava em obras o actual edificio da Universidade do Porto. Ainda não tinha telhado, e a grande manifestação realizou-se ao ar livre, no vasto recinto, entre as quatro paredes da Academia Politécnica. Eram às centenas os convivas, entre os quais se contava a melhor gente do Porto. Nesse dia e no seguinte, houve grandes motins, mas, durante o banquete, não houve a menor perturbação nem a menor *manifestação de repulsa*, como rezam as «Efemérides».

Eu assisti a vários tumultos, como] por exemplo, à chegada à estação de S. Bento, dos delegados da cidade de Guimarães ao jantar de homenagem a João Franco.

Uma grande multidão de republicanos e de membros dos partidos monárquicos afastados por El-Rei D. Carlos, crivaram de injúrias os vimaranenses affectos ao franquismo.

Seguiram, depois, os vimaranenses, pela rua de Sá da Bandeira, em direcção à casa do conselheiro José Novais, onde se hospedara João Franco.

A multidão ululante insultava os de Guimarães; e alguns desordeiros assobiavam desalmadamente.

No grupo dos vimaranenses, ia um estudante de Medicina, que depois veio a ser o illustre professor João de Meira. Irritado com os apupos e com os assobios, o valente Meira interpelou violentamente um dos discolos, que, por acaso, era um estimado médico, director de um jornal alpinista.

Poucos dias depois da refrega, saía num jornal de Guimarães um aviso concebido, pouco mais ou menos, nos termos seguintes: «Avisa-se o cavalleiro que, por ocasião da visita de uma comissão de vimaranenses ao Porto, perdeu as barbas na Rua de Sá da Bandeira, que tenha a bondade de passar por esta Redacção, onde elas lhe serão entregues, sem a perda de um único peleiro.»

Fica assim ampliada e rectificada a notícia da vinda ao Porto, há cincoenta anos, do conselheiro João Franco.

A vingança da fidalga (*)

(lenda minhota)

Quem passar hoje pela Quinta da Carvalheira, em Ruivães, e atentar no vasto edifício de linhas modernas, que é habitação estival de uma opulenta família, mal imaginará que aquela casa enorme, de traça vulgar, substituiu o opulento solar de uma das famílias mais aristocráticas do Reino de Portugal.

Escrevo este artigo numa aldeia, perto de Ruivães, longe da biblioteca onde poderia refrescar noções à cerca da história real e lendária daquela quinta.

Por isso, apenas pretendo, em breves linhas, registar uma lenda contada por uma veneranda senhora octogenária, e dar-me-ia por satisfeito se

(*) «Mensário das Casas do Povo» — Dezembro de 1947.

me fosse possível transmiti-la aos leitores com toda a fidelidade.

Devo, porém, declarar em antes que, na minha infância, ainda me foi dado passar pelo solar primitivo e respectiva torre de menagem, tudo em ruínas memoráveis.

Parece-me que ali se passaram, há muitos séculos, as cenas que Júlio Dantas fixou no seu belo drama «O que morreu de amor».

E muitas vezes ouvi dizer, na minha infância, que os senhores daquela casa tinham o poder de perdoar os crimes a qualquer assassino ou ladrão que conseguisse pôr a mão no portão da Quinta.

Também se dizia que tantos criminosos perdoados por aqueles senhores feudais deixaram nas vizinhanças uma descendência indesejável... Mas não é esse o tema do artiguinho de hoje. Vamos ao conto enunciado pela veneranda senhora:

Há muitos anos, vivia o fidalgo, na melhor harmonia, com sua esposa, que o enchia de felicidade.

Mas um dia, o fidalgo começou a abandonar a casa e a deixar sòzinha a esposa, apesar da sua beleza singular e da sua perfeita dignidade. O seu marido foi transviado pelo olhar magnético de uma humilde rapariga, que vivia numa cabana da encosta do Monte de S. Miguel-o-Anjo,

na pequena freguesia de S. Miguel do Monte, que depois foi anexa a Delães (1).

A esposa atraçoada, com a sua perspicácia de nobre fidalga, depressa compreendeu o devaneio do marido e logo pensou em vingar-se dele de maneira digna de sua prosápia.

Pouco a pouco, soube a esposa enganada que a sua pobre rival vivia em miserável choupana e estremeceu ao pensar que o fidalgo tinha de passar, nas horas e horas que roubava ao seu convívio, metido em miserável casebre.

E o seu plano foi tremendo.

Certo dia, em que o fidalgo foi para muito longe, para uma caçada, mandou encher alguns carros de bois com a melhor mobília do palácio e fez seguir a carriada para a choupana habitada pela sua rival.

Os melhores criados do solar foram dispor artisticamente aquele mobiliário tão rico na cabana da amante do fidalgo.

Este, chegando da caçada, depois de breve colóquio com a esposa, partiu para casa da pobre camponesa, cujo olhar ardente lhe transtornara as ideias.

(1) J. A. Pires de Lima, «Ares do Campo», Cap. V — Barcelos, 1937.

Ao chegar lá, percebeu tudo.

E nunca mais se atreveu a trilhar a casa da sua amante, ao vê-la mobilada pelo pérfido bom gosto da nobre dama.

A lição foi eficaz e a tranquilidade voltou ao lar dos fidalgos.

«Figuras literárias do Porto» (*)

Quando, à noite, me sento à beira do meu aparelho de rádio, sinto-me particularmente feliz, se me acontece ouvir a voz do Professor Magalhães Basto, numa das suas magníficas palestras ràdio-fónicas quinzenais, tão eruditas e tão graciosas. Prazer igual só me lembro de ter sentido outrora, quando outro ilustre Portuense, o grande pedagogo Agostinho de Campos, emitia de Lisboa as suas «Falas sem fios».

Desde há dez anos que Magalhães Basto tem publicado uma série de volumes dedicados à história da nossa cara cidade do Porto. E o presente volume ocupa-se do mesmo assunto, pois nele se reúnem algumas das palestras que o autor tem proferido quinzenalmente ao microfone do

(*) «O Lar do Médico» — Janeiro de 1948.

Emissor Regional do Norte da Emissora Nacional. Pena é que, em vez de *algumas*, não sejam arquivadas *todas* as que o distinto prelector tem pronunciado, salvando-as, deste modo, da sua mortal difusão pelo éter.

São apenas vinte e uma as figuras literárias do Porto estudadas neste livro pelo seu cultíssimo autor. Mas, entre elas, contam-se alguns dos maiores nomes da literatura portuguesa: Garrett, Ramalho, Júlio Dinis, Guilherme Braga, Xavier de Novais, Sousa Viterbo, António Nobre, Pedro Ivo, Camilo, Augusto Gil e tantos outros.

A mim, impressionaram-me, de maneira mais íntima, os estudos magistrais das personalidades com quem tive a honra de conviver: António Carneiro, grande Pintor, que todos admiram, e grande Poeta, conhecido de tão poucos; D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a mulher mais sábia que tem vivido em Portugal; Ricardo Jorge, o médico português mais notável do seu tempo; Carlos Ramos, um político quase santo; e o meu querido Amigo Pedro Vitorino, que uma terrível fatalidade nos arrebatou inesperadamente.

Quem ouviu pela rádio as palestras de Magalhães Basto, deve recordá-las na leitura deste precioso livro. Quem não as ouviu e tem amor

a esta querida cidade do Porto, coração e berço de Portugal, tem obrigação de o ler.

Pela minha parte, confesso que tive a consolação de ouvir as palestras do sábio e gracioso escritor, e, não contente com isso, li-as, com ardor, página a página, guardando, depois, o último livro de Magalhães Basto na estante onde conservo a maior parte de sua valiosa obra.

E faço votos para que as restantes palestras sejam também arquivadas em volumes a editar o mais depressa possível. Assim é preciso, para enriquecer o património espiritual desta mal conhecida terra do Porto.

Garrett e a política (*)

São tão contraditórias as ideias políticas, filosóficas e religiosas que transparecem das obras dos grandes escritores do século XIX, que se torna quase impossível determinar qual o verdadeiro pensamento daqueles homens notáveis.

Eles vieram do flagelo da Revolução Francesa e receberam o veneno maçônico, que tudo parecia destruir.

Estavam entre a influência deletéria dos princípios de 1789, mas ainda receberam os influxos tão suaves da religião de Cristo. Das duas tendências tão opostas, derivou a contradição que se nota nas obras dos príncipes das letras do século XIX.

Herculano, ora tropeja heresias no *Eurico* e na *História da Inquisição*, ora dedilha harmo-

(*) «O Tripeiro» — Janeiro de 1948.

nias celestes na *Harpa do Crente*. Antero vomita pólvora, nos *Dois templos*, das *Odes modernas*, e reza docemente *Na mão de Deus* e no *Sonho todo feito de incerteza*. Eça de Queirós injuria Deus e a Pátria no *Crime do Padre Amaro*, na *Relíquia* e nos *Maias*, e balbucia orações à hora da morte, depois de mostrar o seu patriotismo na *Cidade e as Serras*. Guerra Junqueiro, depois de escrever a *Velhice do Padre Eterno*, morre cristão. Ramalho Ortigão, o grande demolidor das *Farpas*, reconcilia-se com o trono e o altar, no fim da sua gloriosa vida. Que direi de Garrett? Esse é o mais inconstante de todos. Depois de desembarcar, de arma na mão, na praia do Mindelo, ajudando a derrubar o rei legítimo e as instituições políticas e religiosas que fizeram a grandeza de Portugal, fez sobressair, mais que ninguém, a alma da nossa Terra, colhendo o seu *Romanceiro*. Muito se tem dito sobre Garrett, mas parece-me que basta resumir tudo nesta síntese que encontro numa notícia necrológica publicada na célebre *Revista Estrangeira* (1855-1862):

«Garrett, pela variedade dos seus escritos, e pelo gosto maravilhoso em escolher os assuntos nacionais, vestindo-os de formas portuguezas, não é só um autor, mas uma literatura.

• O lugar que fica vago nas letras com a sua

morte, e que desde Camões ainda ninguém tinha ocupado, largos anos hão-de passar antes que seja preenchido. Poetas deste vulto reinam sós, e nunca deixam herdeiro».

Garrett nasceu no Porto, que nunca manifestou por isso a devida gratidão.

Quando eu era estudante, há cinquenta anos, a Academia portuense, com o auxílio dos estudantes de Coimbra, promoveu festas em benefício de um monumento projectado à memória de Garrett. Também o Ateneu Comercial do Porto pensou nisso. Que é feito de tal projecto e do dinheiro que se amealhou para esse efeito?

Parece que os burgueses do Porto não perdoaram ao seu ilustre conterrâneo o epíteto de «Grande aldeão», que ele deu à sua cidade natal (*As Férias* — Lírica de Garrett, 5.^a ed., Lisboa.1889).

Também Camilo Castelo Branco se refere à questão, que fez com que o Porto se aborrecesse de um dos seus maiores filhos (*Cavar em ruínas*, IV).

Vou agora divulgar um curioso documento ⁽¹⁾

(1) Esse documento foi-me facultado pelo ilustre bibliófilo Snr. Armando Couto, ao qual me confesso muito grato. Armando de Andrade Peres informa no número seguinte de «O Tripeiro» (Fevereiro 1948), que Junqueiro não morreu cristão, como prova por uma carta da filha do Poeta.

Também o Dr. Germano Martins (N.º de Março) demonstra que o Dr. Afonso Costa era um santinho.

que me chegou às mãos, num processo em que interveio Garrett, pouco tempo depois do Cerco do Porto.

Como se verá, a história repete-se.

Depois do Cinco de Outubro, não se podia obter um despacho, por mais legal e justo que fosse, sem que o candidato apresentasse um documento em que provasse, por *actos e por factos*, que era um excelente republicano.

E lá ia o candidato a um lugar de juiz ou de professor mendigar o triste documento, muitas vezes falso, ao boçal regedor da freguesia. . .

E ainda hoje, esse mau costume não foi totalmente corrigido !

Foi o caso que, em 18 de Março de 1834, o mestre régio de uma cadeira de primeiras letras da cidade do Porto, António Joaquim de Oliveira, foi demitido «em razão de se achar o seu título datado no tempo do Governo usurpador».

A cadeira tinha sido obtida por concurso, e o mestre-escola de Miragaia tinha desempenhado sempre as suas funções com a maior dedicação. Tudo isso foi provado num documento assinado por muitos moradores de São Pedro de Miragaia, incluindo o pároco, o professor da Real Academia José António da Natividade, etc. Do processo faz parte o manuscrito do diploma de nomeação

daquele professor primário. Aquele documento começa por estas palavras que foram riscadas furiosamente:

Dom Miguel por Graça de Deos, Rei...

Esse diploma fora passado por despacho da Junta Directora dos Estudos, de 27 de Agosto de 1830, em Coimbra.

Ora, não se conformando com a demissão, o referido professor primário António Joaquim de Oliveira requereu lhe fosse restituída a propriedade da cadeira de que fora esbulhado. Esse requerimento foi mandado baixar a uma Comissão, nomeada por portaria de 7 de Fevereiro de 1734, e mereceu á dita Comissão o seguinte parecer:

«*Senhor.*

«*A Comissão encarregada de propor, a Vossa Magestade Imperial, Regente em nome da Rainha, um Plano geral d'Estudos, Educação e Ensino Publico e da reforma da Universidade de Coimbra e mais Academias, Escolas e Estabelecimentos do Reino, em observancia da Regia Portaria de sette de Fevereiro que lhe manda interpor seu parecer sobre o requerimento de Antonio Joaquim d'Oliveira, em que pede a propriedade da Cadeira de primeiras Lettras da Freguezia de Mira-Gaya na Cidade do Porto tem a honra d'expor o seguinte:*

«Allega o supplicante ter sido provido por curso na dita Cadeira, e haver sido simplesmente demetido d'ella por lhe ser conferida no tempo do governo Usurpador, mostrando por documentos ter-se apresentado à auctoridade competente logo que a devizão Libertadora entrou no Porto, conservando-se ali durante o assédio e exercendo as funções de seu magisterio com aproveitamento publico, à vista do que

«Parece

á Comissão que o supplicante António Joaquim d'Oliveira está nas circumstancias de se lhe mandar passar novo Diploma. Vossa Magestade Imperial Mandará o que for mais justo. Em Commissão aos 4 de Junho de 1834.

Servindo de Presidente

Joaquim Antonio de Magalhães.

Francisco Soares Branco

Mattheus Valente do Couto.

João Baptista de Almeida Garrett.»

Em face deste parecer favorável, o requerimento de António Joaquim de Oliveira foi atendido.

Prefácio da «Seleccção de Contos Populares para Crianças»

de F. C. Pires de Lima - Barcelos, 1948

Quando, em Maio de 1884, fiz exame de instrução primária elementar, na velha escola dos Carvalhais, passei depois, com meu Pai, pela redacção do «Jornal de Santo Tirso», e o seu fundador e tirsense benemérito José Bento Correia tirou duma estante um livro belamente encadernado e ofereceu-mo, depois de lhe pôr uma linda dedicatória.

Era um exemplar dos «Contos para nossos filhos» de Maria Amália Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo. Esse livro foi a minha leitura predilecta durante os anos fugazes da infância.

À minha juventude, seguiu-se rapidamente a de meus filhos. E, por coincidência feliz, ambos eles se dedicaram à etnografia, desde tenra idade.

A Maria Clementina, tão cruelmente arrebatada pela morte, preencheu nobremente a sua curta

existência, dedicando-se à colheita e harmonização de melodias populares minhotas. Em certos momentos, recolheu também alguns contos populares, que foram editados há pouco.

Por inclinação natural do seu espírito, o seu irmão, autor deste livro, apesar de ser um médico prático, há muito se dedica, de alma e coração, à etnografia, tendo já publicado numerosas obras sobre esta matéria.

Foi agora solicitado para organizar uma selecção de contos tradicionais do povo português, destinados à infância, e entendeu que fosse o seu velho pai quem prefaciasse o livrinho.

Começo por salientar a dificuldade da selecção de uma dezena de contos populares, dada a prodigiosa riqueza da nossa literatura oral.

O autor, entre muitas centenas de contos, separou os que lhe pareceram mais simples, de carácter mais português, com fundo educativo.

Não se preocupou com sábias classificações, nem com profundos estudos sobre a origem das lendas. Se tal quisesse, poderia emaranhar-se na floresta literária do prodigiosamente erudito escritor positivista Teófilo Braga. Esse grande investigador teve o defeito de procurar meter na lei dos três estados quantos factos chegassem ao seu conhecimento.

Não estranharíamos pois, se ele fosse buscar a origem das mais mezinhas tradições populares portuguesas aos tempos de Gog, em Magog, à época salomónica de Ofir, ou até às cavernas paleolíticas do homem primitivo...

Foi modesta a tarefa do compilador:

Quis apenas pôr nas mãos dos pequenos portugueses uma selecção de contos populares tradicionais, de simplicidade perfeita, e de fundo moral e educativo.

Para não excitar demasiadamente o espírito dos pequenos leitores, foram suprimidos os passos trágicos, tão queridos ao povo.

Este livro é para crianças, e todas as crianças o poderão ler com proveito, e sem qualquer inconveniente.

Trata-se de literatura popular, mas não foram colhidos directamente do povo. Forrageou-os o autor na seara imensa cultivada por Teófilo, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Xavier de Ataíde, A. Tomás Pires, M. Cardoso Marta e Augusto Pinto, e não se esqueceu o compilador de juntar algumas versões colhidas pela sua malograda Irmãzita.

Devemos salientar que, muitos dos contos, nados e criados em Portugal, tiveram expansão imperial e vivem hoje também no Brasil, como pode

ver-se nas colectâneas de Silvío Romero e do nosso grande Amigo e insigne Etnógrafo Câmara Cascudo.

Para terminar, direi: oxalá que este livro cause as delícias dos jovens portugueses de hoje, do mesmo modo que, há sessenta e três anos, produziu em mim a leitura dos contos de Maria Amália Vaz de Carvalho, livrinho que me ofereceu o notável jornalista da minha terra José Bento Correia.

S. Simão de Novais, 12-X-47.

II

DOBRANDO

O

CABO TORMENTÓRIO

A Biblioteca Geral da Faculdade de Medicina

A 25 de Julho de 1825 criou D. João VI as Escolas Régias de Cirurgia de Lisboa e Porto, sendo os ordenados dos lentes e outras despesas custeados pela prestação de dez contos de reis oferecidos para esse efeito pela Companhia dos Tabacos.

O Estado nada gastaria com o ensino cirúrgico de Lisboa e Porto e, pelo contrário, chamaria a si o dinheiro das despesas que costumava fazer com o ensino rudimentar da cirurgia em Lisboa.

Para começar a organizar-se um núcleo de biblioteca na Escola Régia de Cirurgia do Porto, foi preciso pedir ao Governo que permitisse aos lentes que deixassem de receber a décima parte dos seus magros vencimentos e que, com esse dinheiro, se adquirissem alguns livros e se assinasse uma

(*) «Diário da Manhã» — 9-2-47.

revista médica. Assim começou a história desta Biblioteca.

Em 1836 era a Régia Escola de Cirurgia transformada em Escola Médico-Cirúrgica, cuja Biblioteca muito lentamente se foi desenvolvendo.

Com o espólio dos conventos confiscados pela chamada revolução liberal, fundou-se o Ateneu D. Pedro, que hoje é a opulenta Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Depois de muitas diligências, conseguiu-se que, da Biblioteca de S. Lázaro, fossem cedidas à Biblioteca da Escola Médico-Cirúrgica as «obras dobradas» referentes à medicina e ciências afins.

Foram assim encorporados na livraria da Escola Médica cerca de 1.200 volumes, onde ainda se podem ler os «ex-libris» manuscritos dos desbaratados mosteiros.

Em 1842, possuía a Biblioteca 2.500 volumes e, em 1858, 6.000, adquiridos por compra, por dádiva ou pela extorsão dos conventos. Em 1887, deixava em testamento à Biblioteca a sua preciosa colecção de obras médicas portuguesas dos séculos XVI e XVII, o Professor Gouveia Osório.

Durante a sua lenta evolução, muitas vezes se tentou, sem éxito, catalogar a Biblioteca, o que não se conseguia por falta de verba e por falta de pessoal privativo.

Só em 1906, o conselho escolar, com as sobras dos rendimentos dos legados, conseguiu uma pequena gratificação para nomear, pela primeira vez, um amanuense privativo para a Biblioteca.

Pouco depois, a 15 de Julho de 1907, por proposta do Professor Tiago de Almeida, fui nomeado, em comissão gratuita, bibliotecário da Faculdade, que possuía então cerca de 10.500 volumes.

Com árduo trabalho, que durou cerca de três anos, com a cooperação eficaz de Virgílio Fernandes, depois funcionário superior da tesouraria da Universidade do Porto, consegui publicar o «Catálogo da Biblioteca da Escola Médico-Cirúrgica do Porto», 1910, que menciona 11.254 obras e 11.794 volumes.

Foi recebida com gerais aplausos essa obra e, dois anos mais tarde, publicava o 1.º suplemento ao Catálogo, que já mencionava 12.277 obras e cerca de 13.000 volumes.

Quando, em 1925, foi celebrado o centenário da fundação da Régia Escola de Cirurgia, já a Biblioteca possuía perto de 25.000 volumes.

As ofertas de exemplares sucediam-se à medida que se desenvolvia o nome da Faculdade. E o director da Faculdade, Professor Alfredo de Magalhães, com a sua largueza de vistas, conseguiu



aumentar consideravelmente a dotação da Biblioteca, a qual, por sua iniciativa, conquistou as actuais e amplas instalações.

Foi também organizado, finalmente, um quadro oficial privativo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto, pelos distintos funcionários: 1.º conservador Dinis Aroso, hoje de licença ilimitada; ajudante de conservador, Feliciano Leitão; e contínuo António Faria.

Foi há muito, 1918, oficializado o meu cargo de bibliotecário, que desenpenhei com pequenos intervalos, durante perto de quarenta anos.

Durante esse tempo tive a honra de ir vendo o desenvolvimento da Biblioteca, a qual quase quadruplicou o número dos seus volumes.

Ao mesmo tempo, tive o prazer de ver aumentar constantemente o número dos leitores, que atingiu a média de cem por dia. As publicações periódicas assinadas atingiram o número de 130.

Em 1923, foi galardoada a Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto com uma medalha de ouro pela Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

Quando, há quarenta anos, tomei conta do lugar de bibliotecário, a Biblioteca não tinha pessoal privativo, não tinha livros modernos e quase não tinha leitores.

Mas eles foram aparecendo, logo que se organizou e catalogou a Biblioteca, chegando ela a possuir mais de 35.000 volumes, devidamente catalogados em verbetes, os quais eram consultados por cerca de cem leitores por dia.

Mas, ao passo que tive a honra de ver os extraordinários progressos da Biblioteca, também tive o desgosto de assistir à sua decadência.

Por ocasião da última guerra, deu-se uma série de terríveis circunstâncias, que a fizeram decair.

A quebra de relações internacionais impediu a vinda de livros novos e a assinatura de muitas revistas.

Tudo encareceu extraordinariamente e a dotação da Biblioteca não acompanhou o aumento de preços.

Por outro lado, regulamentos novos vieram atingir a autonomia das escolas, criando grandes embaraços.

Os últimos invernos foram extraordinariamente rigorosos e a deficiência de aquecimento foi afastando a habitual concorrência dos alunos.

De maneira que os rapazes, não tendo livros recentes para estudar, não tendo conforto na Biblioteca, começaram a abandoná-la, habituando-se, lamentavelmente, a contentar-se com a leitura das torpes sebatas.

Há tempos, succedeu-me um Professor novo, inteligente e muito activo, o actual bibliotecário, Professor Doutor Ernesto de Moraes.

Faço votos para que ele assista a uma renascença da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto e para que ela volte a ser diàriamente frequentada por um cento de alunos; receba, como dantes, mil volumes novos cada ano e assine mais de cem revistas.

Para isso, seria bastante que o Governo aumentasse condignamente a dotação da Biblioteca, que lhe concedesse a antiga e necessária autonomia, que os mestres desterrassem de vez as ignóbeis sebentas e que durante o inverno se aquecesse convenientemente a Biblioteca.

O Instituto de Anatomia (*)

Acaba de ser distribuído pelo Secretariado Nacional da Informação um opúsculo intitulado «A Cultura Portuguesa e o Estado», no qual se procura elucidar o público acerca dos esforços do Estado Novo no campo da investigação científica, e de outros aspectos da cultura nacional.

No preâmbulo do livrinho, confessa-se que se trata apenas duma experiência, de um ensaio, que, pouco a pouco, será completado.

E, na nota final, insiste-se na imperfeição do folheto, que de modo nenhum pode ser completo. Ao opúsculo em questão e não à obra do Estado Novo se deverão atribuir «todas as lacunas, deficiências, faltas de propriedade e outros erros que o livrinho mostre».

É para citar algumas lacunas do livrinho que

(*) «Diário da Manhã» - 12-1-47.

me apresso a redigir este artigo. A página 19 do folheto, leio, com espanto, que o nosso País estava desprovido até 1928 de institutos de investigação especializada». E citando, na página anterior, os Centros de Estudos criados e sustentados pelo Instituto para a Alta Cultura, não menciona, por exemplo, o Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, ao qual dei a minha modesta actividade durante algumas dezenas de anos.

Eu bem sei que o Instituto de Anatomia do Porto não foi criado, nem é sustentado, pelo Instituto para a Alta Cultura, nem é considerado Centro de Estudos.

Mas a sua gloriosa antecessora, Junta de Educação Nacional, cercou-o de tais garantias, que tornou possível o seu grande progresso, durante a vigência da actual situação política.

Permitam-me que diga, em breves palavras, como surgiu e cresceu o Instituto de Anatomia portuense; ele é conhecido em todas as instituições similares do mundo inteiro, e é bom que também o conheçam os portugueses que sabem ler.

O Instituto de Investigações Anatómicas da Faculdade de Medicina do Porto, foi fundado em 1920, a instâncias do director da Faculdade, o insigne professor Maximiano Lemos, que se baseou

na reforma do ensino médico de Sidónio Pais, precursor do Estado Novo.

Além de ensinarem os seus alunos, os professores de Anatomia tinham, daí em diante, o dever de fazer investigação científica.

Quando foi celebrado o centenario da fundação da Escola Régia de Cirurgia do Porto (1925), já o Instituto de Anatomia tinha publicado 130 trabalhos de investigação (O Instituto de Anatomia — Súmula de trabalhos — 1911-1925).

Cinco anos mais tarde, já esse número chegava a 278 (H. Monteiro — L'Institut d'Anatomie, 1930), e hoje talvez atinja o dobro.

Na sua passagem pelas cadeiras do poder, o professor Alfredo de Magalhães mandou ampliar extraordinariamente o edificio da Faculdade, começando pelas instalações do Instituto de Anatomia. (*Methods and Problems of Medical Education — Sixteenth Series — The Rockefeller Foundation — 1930*).

Mas o Instituto de Anatomia não se limitou ao ensino dos estudantes e à investigação das ciências morfológicas.

Tornou-se também, como nenhum outro em Portugal, um alfobre para a preparação de professores, e hoje o velho director do Instituto orgulha-se de ter no corpo catedrático da sua

Faculdade nada menos de cinco dos seus antigos assistentes.

O primeiro deles foi o professor Hernâni Monteiro, catedrático de Anatomia topográfica, Professor honorário da Faculdade de Medicina de Santiago de Compostela e organizador do Centro de Estudos de Medicina Operatória. O segundo foi o professor Amândio Tavares, catedrático de Anatomia patológica, organizador do respectivo Centro de Estudos, vice-presidente do I. A. C. e Reitor magnífico da Universidade do Porto.

Foi criada a Junta de Educação Nacional em 1929, por iniciativa do ministro da Instrução Pública Professor Gustavo Cordeiro Ramos, hoje ilustre presidente do Instituto para a Alta Cultura.

Logo no ano da sua fundação, a Junta de Educação Nacional subsidiou o Instituto de Anatomia do Porto com oito contos, concedendo mais quatro contos a cada um dos três assistentes do Instituto, para a impressão das suas teses de doutoramento (J. E. N. — Relatório dos trabalhos efectuados em 1929).

Quando se abriu o concurso para as primeiras bolsas de estudo no estrangeiro, apareceram muitos candidatos e a verba era relativamente diminuta. Por esse motivo, houve grandes hesitações na escolha dos bolseiros.

Nessa altura, representava eu o Porto na comissão executiva da Junta; Desconhecia-se a idoneidade moral dos candidatos, e eu, enchendo-me de coragem, declarei que me comprometia pelo cumprimento dos deveres dos candidatos do Instituto de Anatomia do Porto.

Com a aquiescência do ilustre pedagogo Agostinho de Campos, dos sábios investigadores Celestino da Costa e Simões Raposo, e dos outros membros da Comissão Executiva da Junta, consegui que fossem escolhidos três meus assistentes.

Não me arrependi de ter ficado por fiador, porque os três bolsiros são hoje os catedráticos Luís de Pina, Álvaro Rodrigues e Sousa Pereira.

Foram também bolsiros no estrangeiro: o actual Reitor da Universidade, o antigo desenhador Alberto Sousa, hoje professor de Anatomia artística da Escola de Belas Artes do Porto, etc.

Além dos cinco catedráticos citados, outros meus antigos assistentes honram a sua passagem pelo Instituto de Anatomia, tais como o ilustre gastro-enterologista Silva Leal, o director da Maternidade de Júlio Dinis, Espregueira Mendes, os lentes da Escola Médica de Nova Goa Constâncio Mascarenhas e Filipe Ferreira, o cirurgião da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro Pedro Teixeira, etc.

Até 1933, recebeu o Instituto de Anatomia da J. E. N. subsídios na importância de 23.700.\$00, teve três bolseiros no País e seis fora do País (J. E. N., Relatório dos Trabalhos-1931-1932).

Entre estes, conta-se Albino Cunha, preparador-conservador do Museu do Instituto de Anatomia, que foi, acompanhado por mim, adquirir a técnica de preparação de cortes anatómicos, numa curta viagem a França, Bélgica e Alemanha (J. E. N. — Relatório de Viagens de Estudo — 1933).

Com os subsídios concedidos pela Junta de Educação Nacional, além de livros e revistas, adquiriu-se uma serra de fita e outro material para se organizar a magnífica série de preparações de Anatomia seccional, única no género em Portugal.

Não deverei esquecer, e não esqueço, que a Junta de Educação Nacional, e o seu sucessor Instituto para a Alta Cultura, me mantiveram, durante alguns anos, enquanto logrei alguma saúde, na situação de equiparado a seu bolseiro no País, o que me permitiu prolongar, por mais algum tempo, a minha modesta actividade científica.

Em resumo: Não é verdade que a investigação científica em Portugal começasse depois de 1928.

Não está completa, na brochura «A cultura portuguesa e o Estado», a lista das instituições culturais beneficiadas pelo Estado Novo.

O que eu desejava dizer (*)

agradecendo as homenagens que me
prestaram no dia 7-III-47

Quando um professor atinge o limite de idade, costumam os seus colegas e amigos despedir-se dele, prestando-lhe carinhosas homenagens.

Chegando a minha vez, grande surpresa tive ao ver exagerar extraordinariamente o valor do meu esforço. Por isso, redigi o agradecimento que deveria proferir na minha última lição, se me tivesse sido possível pronunciá-la.

Este trabalho não passa de modesto subsídio para a história da anatomia portuense.

As homenagens, que recebi, não as mereço: todas devem convergir para o Instituto de Anatomia, à frente do qual tive a honra de estar longos anos, em que fui acompanhado por grandes

(*) «Diário da Manhã» — 23-III-47.

obreiros. Cinco catedráticos tem hoje a Faculdade de Medicina do Porto, que foram assistentes de Anatomia. Tais são:

— O Professor **Hernâni Monteiro**, criador do Laboratório de Cirurgia experimental, professor que tornou peninsular a sua cátedra, pois a estendeu à Universidade de Santiago de Compostela.

— O Professor **Amândio Tavares**, criador da escola portuguesa de Anatomia patológica, reitor da Universidade do Porto, vice-presidente do Instituto para a Alta Cultura, que, sendo ajudado convenientemente, há-de transformar em breve a mentalidade portuguesa, como fez em Espanha a instituição congénere.

— O Professor **Luís de Pina**, que, depois de ocupar com honra a cátedra do insigne historiador da medicina portuguesa **Maximiano Lemos**, depois de ocupar a direcção do Instituto de Criminologia e do Arquivo de Identificação, foi chamado a presidir à Câmara Municipal do Porto, prometendo fazer progredir de tal modo a cidade, que nos há-de fazer lembrar **Pinto Bessa** e **Almada**.

— O Professor **Sousa Pereira**, grande cirurgião, que os mais famosos colegas americanos consideram seu par.

— O Professor **Álvaro Rodrigues**, que tanto honra a sua cátedra da Faculdade de Medicina do

Porto como o grandioso Instituto de Oncologia de Lisboa.

São cinco os antigos assistentes do Instituto de Anatomia que se sentam hoje em cátedras na sua Faculdade. Mas podiam ser mais, se não fosse outra a orientação de alguns antigos assistentes. Silva Leal e Espregueira Mendes defenderam teses de doutoramento que ficaram clássicas na história da Anatomia. Derivou depois aquele para a clínica gastro-enterológica e este para a ortopedia e a assistência maternal, especialidades onde estão honrando o Instituto de Anatomia em que se educaram.

Lembrarei agora dois luso-indianos de grande mérito: Constâncio Mascarenhas e Filipe Ferreira, cuja obra científica muito nos honra também. Eu não sei no que ficará a embrulhada da Índia. Se a Escola Médica de Nova Goa tiver de viver, não terá remédio senão aproveitar os méritos desses ilustres conterrâneos (1). Por falar em indo-portugueses, lembrarei também Cláudio Ferreira, que, não tendo sido assistente nosso, contudo, lá dos confins de Moçambique, tem enriquecido consideravelmente a secção colonial do nosso Museu.

(1) — Ao editar-se este livro, são, realmente, lentes da Escola Médica de Nova Goa.

Ao tratar da expansão imperial do Instituto de Anatomia, não esquecerei o antigo assistente Costa Alemão Teixeira, que foi forçado a emigrar por motivo da tragédia política que lhe matou dois irmãos. Chegado ao Rio de Janeiro, por favor do insigne director da Faculdade de Medicina Professor Aloísio de Castro, foi dispensado de repetir os exames que tinha feito na Faculdade do Porto, e ocupou também o cargo de assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo hoje notável cirurgião da Sociedade de Beneficência Portuguesa daquela cidade. Também recordarei o pessoal técnico que trabalhou no Instituto de Anatomia, entre eles os desenhadores Dr. Alberto Sousa ⁽¹⁾ e Manuel Ferreira e o habilíssimo preparador Albino Cunha. Todos eles seriam notáveis em qualquer Instituto Anatómico da Europa ou da América.

*

Ao Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto considero prestadas as extraordinárias homenageus que recebi:

— Do Governo da Nação portuguesa;

(1) Hoje professor de Anatomia artística na Escola de Belas Artes do Porto.

— Da Câmara Municipal do Porto, representada pelo seu ilustre Presidente ;

— Da Universidade do Porto, cujo Reitor representava o Ministro da Educação Nacional ;

— Do Instituto de Anatomia, à frente do qual o meu ilustre sucessor Prof. Hernâni Monteiro ;

— Da gloriosa Universidade de Coimbra, representada pelo seu reitor magnífico, que se deslocou expressamente ao Porto ;

— Do Conselho Regional da Ordem dos Médicos ;

— Da Câmara Municipal de Santo Tirso, representada pelo seu ilustre presidente e pelo Dr. António Cruz ;

— Da Junta da Freguesia de Areias, minha querida terra natal ;

— Do meu médico assistente, Professor Manuel Ferreira, a quem devo a vida ;

— Da Academia das Ciências de Lisboa e da Junta de Investigações Coloniais, representadas pelo Professor Mendes Correia, fundador do Instituto de Antropologia e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia ;

— Da Imprensa do Porto e de Lisboa, especialmente dos doutores Aarão de Lacerda, Alberto Pinheiro Torres, Silva Leal, Mário Cardia e Martins Barbosa.

Eu tenho duas Famílias, ambas legítimas: Uma, a que habita comigo e que tem parentes espalhados por toda a parte, e outra a Faculdade onde trabalhei perto de meio século. A ambas amo com o mesmo affecto. Como são numerosos os seus membros, simbolizo as duas Famílias em duas Pessoas e ambas abraço enternecidamente: minha Mulher, doce companheira dos tempos felizes, anjo da guarda da triste velhice. E o reitor da Universidade, Professor Amândio Tavares, no qual simbolizo a Faculdade de Medicina, com o seu director e todo o corpo docente.

A toda a Família, a todos os colaboradores e colegas desejo que atinjam o limite de idade... daqui a muitas dezenas de anos!

Como biologista, terminarei: Nós não somos menos que os seres unicelulares. Não há, pois, limite de idade: A nossa vida continua-se nos netos. Que todos tenham netos tão lindos como os meus!

Aditamento

Em sessão de 21 de Março de 1946 da Sociedade de Antropologia de Paris, foi apresentada pelo Tenente-Coronel-Médico Dr. L. Pales uma notável memória intitulada: «As variações de frequência do músculo palmar delgado nas raças humanas — Ensaio de actualização do assunto». Esse belo trabalho foi publicado nos «Bull. et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris», fasc.-4-6 de 1946, que saiu atrasado e de que só tive conhecimento no domingo de Páscoa (28 — III — 48).

A obra é valorizada por uma bibliografia muito rica, da qual fazem parte os seguintes trabalhos portugueses:

Espregueira Mendes — O músculo palmar delgado
(*Tese do Porto*, 1926, 246 pág., 15 fig.
e importante bibliografia).

Ferreira e Martins d'Alte — Dissection d'un Nègre de Mozambique (*Folia Morphologica*, VII, 3 — Varsóvia, 1937).

Leão (A.) — Dissecção dum Negro de Moçambique (*Trab. da Soc. portuguesa de Antropologia e Etnologia*, VII, 2-3 — Porto, 1935).

Luis de Pina e Armando Leão — Dissecção duma Negra de Angola (*Idem* — VI — Porto, 1934).

Álvaro Rodrigues, Luís de Pina e Sousa Pereira — Dissection d'un Nègre de Mozambique (*Folia Morphologica* I, 2-3 — Varsóvia 1929).

Cita a monografia de Pales cinquenta memórias sobre antropologia das partes moles.

Entre elas, cinco são portuguesas, assinadas por sete investigadores.

Vejamos quem são os antropologistas nossos conterrâneos:

Doutor Espregueira Mendes — antigo Assistente de Anatomia e hoje director da Maternidade de Júlio Dinis e distinto clínico ortopedista.

Doutor Filipe Ferreira — antigo Assistente de Anatomia e hoje Lente da Escola Médico-cirúrgica de Nova Goa.

Doutor Martins d'Alte — antigo Assistente de Anatomia e hoje Assistente do Instituto de Botânica do Doutor Gonçalo Sampaio.

Doutor Armando Leão — antigo Assistente de Anatomia, donde foi desviado por doença grave (1).

Doutor Luis de Pina — antigo assistente de Anatomia, e hoje Professor de História de Medicina da Faculdade de Medicina, Director do Instituto de Criminologia e Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Doutor Álvaro Rodrigues — antigo Assistente de Anatomia e hoje Professor de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Porto e Sub-director do Instituto de Oncologia de Lisboa.

Doutor Sousa Pereira — antigo Assistente de Anatomia, e hoje Professor de Medicina Operatória e notável cirurgião portuense.

E, todos sete, meus antigos e queridos discípulos.

(1) Faleceu a 9-V-48.

DISCURSO DE AGRADECIMENTO

DA HOMENAGEM PRESTADA PELA CÂMARA
MUNICIPAL DE SANTO TIRSO NO DIA 5-X-47.

Quando, a 7 de Março de 1947, ao atingir o limite de idade como professor da Faculdade de Medicina do Porto, me encontrei rodeado por manifestações de simpatia de autoridades académicas e políticas de Lisboa, Coimbra e Porto, fui particularmente sensível às generosas homenagens que recebi da minha querida terra: da Junta de Freguesia de Areias e da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Confesso, sem falsa modéstia, que julgo não merecer qualquer dessas homenagens.

Que fiz eu na minha terra?

Nasci realmente em Areias, há setenta anos, mas não creio que nisso haja qualquer mérito. Depois, vagueei pela minha freguesia natal e pela formosa vila de Santo Tirso, vagueei até aos dezóito anos, preparando-me, com infinitas dificuldades, para fazer os exames secundários.

Meu pai, humilde e sábio professor primário, queria educar os filhos, mas lutava com falta de recursos. Começou a ensinar-me tudo quanto sabia e, para as disciplinas que lhe eram estranhas, pedia a vários amigos que me servissem de professores.

Todas as manhãs ia a Paranhos receber lições de latim, e, todas as tardes, ia a Santo Tirso aprender noções das mais variadas matérias: de meu pai, o melhor mestre que tive, do Dr. Joaquim Correia Pinheiro Guimarães, do, ainda estudante, José António Alves Ferreira de Lemos Júnior, do farmacêutico Hermano Gomes de Castro e do *Doutor novo* Arnaldo Baptista Coelho, clínico distintíssimo, que revelava grandes aptidões para as matemáticas.

Preparado aqui, fiz o curso completo de ciências dos liceus, e, mal me apanhei com os estudos secundários, à custa de mil dificuldades, fui frequentar a Academia Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Parti de Santo Tirso há 52 anos, e nunca mais aqui voltei com demora.

Desertei da minha terra, e, apesar de a ter sempre no coração, nunca fiz nada em benefício dela.

Por que motivo é que a Câmara Municipal

de Santo Tirso se lembrou de consagrar o meu humilde nome?

Só vejo uma explicação: — É porque não me conhecem!

Os que me conheciam morreram quase todos: lá foram os que me ensinaram as disciplinas do curso dos liceus, lá foram todos os grandes tirsenses com quem convivi, mais ou menos, há meio século: o Conde de S. Bento, cuja estátua vi levantar, assistindo à sua inauguração solene; o inteligente e activo jornalista José Bento Correia, que tanto impulsionou os melhoramentos desta terra; o sábio arqueólogo Abade Pedrosa, a quem se deve, assim como a Manuel Eduardo de Sousa, a bela estância da Senhora da Assunção; os distintos clínicos drs. Rodrigues Ferreira e Ferreira de Lemos; os ilustres advogados drs. Carneiro Pacheco e Eduardo Macedo; os insignes professores da instrução primária Pires Fernandes e D. Zulmira de Azevedo.

Esses Tirsenses, que conheci e que me conheceram, já foram habitar o misterioso Além, para o qual todos seremos atraídos.

Não compreendo as razões que levaram a ilustre Câmara Municipal de Santo Tirso a consagrar o meu nome apagadíssimo de tirsense emigrado há mais de meio século.

Mas nem por isso será menor a gratidão que sempre terei pelo Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal e ilustres vereadores, especialmente o notável escritor Dr. António Cruz. Como o meu precário estado de saúde não me permitiria suportar a emoção que me causaria esta festa, encarreguei o meu filho de me representar, lendo estas palavras, nas quais apenas quis significar a minha gratidão à Câmara Municipal de Santo Tirso e o meu respeito e saudade pela memória dos grandes tirsenses com quem convivi há meio século (1).

(1) Tomaram parte na cerimónia o grande escritor brasileiro Câmara Cascudo, o insigne benemérito Albino de Sousa Cruz, etc.

DISCURSO DE AGRADECIMENTO

DA HOMENAGEM QUE ME FOI PRESTADA PELA JUNTA
DE FREGUESIA DE S. SIMÃO DE NOVAIS EM 12-X-47

Ex.^{mo} Snr. Governador Civil de Braga!

Ex.^{mo} Snr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão!

Ex.^{mo} Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Simão de Novais!

Minhas senhoras!

Meus senhores!

Profundamente emocionado com a homenagem que me prestaram, desejo agradecer-las em duas palavras, procurando explicar como surgiu o «doutor da Charneca».

Casei-me há quarenta anos e vim para esta casa passar a lua de mel.

Esta freguesia era então habitada por escassa população, em geral muito pobre.

O meu sogro, Joaquim de Castro Silva, assim como seu irmão José Francisco de Castro,

eram de uma bondade perfeita e tinham a maior dedicação por esta sua terra natal.

Mal adoecia um vizinho, vinham-me pedir para o tratar, porque os médicos eram raros e moravam longe.

Pouco a pouco, a minha clientela ia crescendo e, durante as férias grandes, o doutor da Charneca era o *João Semana* que atendia os doentes desta região.

Assim foi durante longos anos, enquanto não troquei a minha situação de médico pela de doente. . .

À memória de meu sogro e de meu tio dedico estas palavras de saudade e de respeito.

A eles se deve a modesta obra que V.^o Ex.^o veem agora consagrar.

Depois de cumprir o dever de lembrar os dois queridos Mortos, permitam V.^o Ex.^o que venha agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia a iniciativa desta festa.

Ao meu presadíssimo amigo, o benemérito Senhor José de Sá, agradeço tanta generosidade.

Conheço S. Simão de Novais há quarenta anos e, por tradição, há muito mais longo tempo.

Pois asseguro que nunca esta Freguesia teve à frente da sua Junta um chefe tão activo e tão empreendedor.

Eu costumava dizer, quase sem exagero, que, desde D. Afonso Henriques, nunca os poderes públicos se ocuparam dos interesses morais e materiais de S. Simão. Pois, desde a gerência de José de Sá, começam a aparecer caminhos transitáveis nesta terra.

Nesses caminhos, vive presentemente uma multidão de rapazes e raparigas, que não têm uma escola onde se eduquem e, por via de regra, nem sequer têm quem os guie em casa, pois os seus pais e as suas mães andam na fábrica.

Aproveito o ensejo de ter na minha frente as autoridades do distrito e do concelho: o Senhor Governador Civil e o Senhor Presidente da Câmara.

De hoje em diante, tenho o direito e o dever de me interessar pelos progressos de S. Simão de Novais, linda terra de que acabo de ser proclamado cidadão honorário.

Pois o mais novo dos habitantes desta terra, o mais novo, porque nasceu hoje, começa por meter um empenho às ilustres autoridades presentes: peço-lhes que olhem com boa vontade pelos progressos morais e materiais desta linda Freguesia! Para isso, não é preciso mais que atender aos planos do mais activo, mais generoso e mais inteligente dos Presidentes da Junta,



Senhor José de Sá. Eu estou gratissimo pela homenagem que me prestaram.

Mas sou muito exigente: ainda peço outra. Peço que atendam com a maior solicitude a tudo quanto, em beneficio de S. Simão, reclame o nosso Presidente e querido amigo José de Sá (1).

Entre as numerosas pessoas que tomaram parte na festa, contam-se o etnógrafo brasileiro Câmara Cascudo, os presidentes das Câmaras do Porto e de Braga, o reitor da Universidade do Porto, o director da Faculdade de Medicina do Porto, o meu sucessor no Instituto de Anatomia, etc.

(1) Ao imprimir-se este livro, está em adiantada construção o edificio das Escolas primárias de S. Simão de Novais.

ÍNDICE

	Pág.
Dedicatória	5
Prefácio	7

I REMINISCÊNCIAS:

Como estudei e como ensinei ciências naturais	13
Um episódio esquecido	19
A conquista de Olivença	23
Transmissão de pensamento	27
O Dr. Fonseca de Castelões	31
A Primavera de 1944	35
No Museu de Camilo	39
Porque não temos liberdade!	43
As raças exóticas no Norte de Portugal	47
A experiência é perigosa	53
Fátima	59
Viva Portugal!	67
Fernando Pires de Lima	71
Mordeduras de cão danado.	79
O cisma da Granja do Tedo	87
S. Cosme e S. Damião	95
Polimastia numa aguarela	111
Invasões francesas	123

	Pág.
A cauda humana	129
Descoberta dos Raios X	135
Væ Victis!	139
A hidroterapia no Porto.	145
Keyserling no Porto	153
A praia da Nazaré	159
Minhas Irmãs as árvores	163
Congresso luso-brasileiro	167
Aconteceu há 50 anos.	171
Efemérides	175
A vingança da fidalga.	179
Figuras literárias do Porto	183
Garrett e a política.	187
Contos populares	193

II DOBRANDO O CABO TORMENTÓRIO:

A Biblioteca da Faculdade de Medicina	199
O Instituto de Anatomia.	205
Agradecimento das homenagens de 7-III-47	211
Agradecimento da homenagem prestada em Santo Tirso.	221
Agradecimento da homenagem prestada em S. Simão de Novais . . . ,	225

ERRATAS

Pág.	Linha	Em vez de	Leia-se
19	9	acima,	acima
20	7	todos dias	todos os dias
24	14	Vitorino,	Vitorino
36	13	notempo	no tempo
47	3	A	À
56	17	feito	feitos
54	20	publicava	publicavam
64	20-21	rigoroso	vigoroso
65	16	calocar	colocar
82	20	1884	1884)
87	11	contemplar-se	contemplar-se
89	2	196	19-6
91	22	<i>oriorizes</i>	<i>priorizes</i>
93	26	Editoral,	Editora,
143	11	<i>this</i> (¹)	<i>this</i> (!)

Acabou de imprimir-se este livro no dia 28 de Julho de 1948.

P.
5917